

Guia Pedagógico de Cultura Viva nos Territórios Rurais

Formação, memória
e políticas culturais
de base territorial.



Guia pedagógico de acompanhamento do Curso de Ensino a Distância (EAD) em Cultura Viva, Ponto de Cultura Rural e Políticas de Cultura para Territórios Rurais: uma alternativa no campo do territorial para o global

Coordenação Geral:

Marjorie Botelho

Coordenação de Comunicação:

Claudio Paolino

Formação e Capacitação (Coordenação Pedagógica):

Mestra Catarina Ribeiro

Mestra Daraína Pregnoatto

Organização do Guia, Sistematização e Texto:

Marjorie Botelho

Revisão:

Mestra Catarina Ribeiro

Mestra Daraína Pregnoatto

Projeto Gráfico e Diagramação:

Márcio Miranda

Ilustrações:

John Bermond

Equipe Técnica:

Moari Brosig

Karina Cometti

Thiago Nozzi

Professores e Professoras:

Ana Sueli de Lima Pinto

Átila Tolentino

Baogan Babá CoMPaz

Catarina Ribeiro

Damiana Campos

Daraína Pregnoatto

Mestra Rosa Cadete

Fabiano Piúba

Fabiola Melca

Flávia Bezerra

Gabriel Oliveira

Gilberto Augusto da Silva (Mestre Gil do Jongo)

Gustavo Meyer

Ìyalasè Yashodhan CoMPaz

Ivoneide de Jesus

Leandro Anton

Márcia Rollemberg

Maria Aparecida de Alcântara

Maria do Socorro Xavier Batista

Marjorie Botelho

Dagoberto Luis Ventura Mota/Mestre Caimbé

Mestre Doci

Mestra Josefa

Moisés Savian

Narcisa Pereira da Cunha (Mestra Narcisa)

Ogan Ayan N'goma CoMPaz

Patrícia Estivallet

Penhinha Teixeira

Rosane Luchtenberg

Sebastião Soares (Minc Quintal da Aldeia)

Tadzia Maya

Tainá Marajoara

Instituição Responsável / Contato:

Instituto de Imagem e Cidadania

E-mail: ecomuseurural@gmail.com | Site: redenacionaldepontosdeculturaememoriarurais.com

Redes sociais: [@pontosdeculturaememoriarurais](https://www.instagram.com/pontosdeculturaememoriarurais)

© 2025 Instituto de Imagem e Cidadania | Pontão Nacional Territórios Rurais e Cultura Alimentar
Todos os direitos reservados.

É permitida a reprodução parcial deste material para fins educativos e não comerciais, desde que citada a fonte. Para outros usos, entre em contato pelo e-mail: ecomuseurural@gmail.com.

Guia Pedagógico de Cultura Viva nos Territórios Rurais

Formação, memória
e políticas culturais
de base territorial.

1ª edição
Bom Jardim – RJ
2025

Realização:

Rede Nacional de Pontos de Cultura e Memória Rurais
Instituto de Imagem e Cidadania
Ministério da Cultura – Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC)

Edital:

Edital nº 09/2023 – Cultura Viva: Fomento à Pontões de Cultura
("A Política de Base Comunitária Reconstruindo o Brasil")



Vamos teia, vamos festejar
O ponto é um passarinho que chegou pra brilhar
O ponto é um passarinho que chegou pra brilhar
Espalhando a semente da cultura popular
Espalhando a semente da cultura alimentar
Espalhando a semente da saúde popular
Espalhando a semente da memória popular
Vamos teia, vamos festejar
Vamos teia, vamos festejar

Música da Teia Rural em
Nova Friburgo / Bom Jardim - 2013

Índice

Agradecimentos	6
A pedagogia do curso	8
Apresentação	9
MÓDULO 1	15
Fundamentos, Memória e Políticas da Cultura Viva nos Territórios Rurais	
MÓDULO 2	19
Cultura Viva para todos	
MÓDULO 3	24
As Culturas Populares nos Territórios Rurais	
MÓDULO 4	28
Educação no campo	
MÓDULO 5	32
Desenvolvimento sustentável nos Territórios Rurais	
MÓDULO 6	35
Turismo de base comunitária	
MÓDULO 7	39
Cultura Alimentar nas comunidades rurais	
MÓDULO 8	44
Patrimônio, Memória e Museologia Social	
MÓDULO 9	48
Cultura Viva nos Territórios Rurais	
MÓDULO 10	51
Síntese, continuidade e compromisso coletivo	
Conclusão	55

Agradecimentos

Este livro nasce de uma caminhada coletiva construída com tempo, escuta, trabalho partilhado e compromisso com os territórios rurais do Brasil. Cada página carrega vozes, experiências, memórias e aprendizagens que pertencem a uma rede viva formada por comunidades, organizações, mestras, mestres, juventudes, mulheres e coletivos culturais que, há muitos anos, sustentam a cultura como prática de vida, permanência e futuro.

A realização do Curso de Ensino a Distância em Cultura Viva, Ponto de Cultura Rural e Políticas de Cultura para Territórios Rurais só foi possível graças à presença generosa das mestras e dos mestres da cultura popular, das educadoras e educadores do campo, das lideranças comunitárias, das juventudes e das mulheres que compartilharam saberes, histórias e reflexões enraizadas em seus territórios. As falas, práticas e experiências compartilhadas ao longo do curso deram forma e densidade a este livro. Cada contribuição trouxe marcas do território, da história vivida e dos caminhos construídos coletivamente, revelando que o conhecimento aqui reunido nasce da prática cotidiana, da escuta entre gerações e da organização comunitária.

Reconhecemos a força dos territórios que se fizeram presentes ao longo de todo o percurso formativo. Comunidades rurais, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, camponesas e tradicionais trouxeram para a roda suas realidades, desafios, lutas e invenções cotidianas, permitindo que este livro se constitua como registro de um processo formativo profundamente conectado com a vida concreta no campo, nas florestas e nas águas.

A trajetória da Rede Nacional de Pontos de Cultura e Memória Rurais atravessa de forma profunda a construção deste livro. Desde sua constituição, a rede vem reunindo territórios diversos em torno da escuta mútua, da troca de experiências e da incidência política no campo da cultura. Encontros, mobilizações, diálogos e construções coletivas moldaram um espaço de articulação que fortalece vínculos e amplia a presença da cultura rural nas políticas públicas. Esse percurso, tecido ao longo do tempo, encontra eco direto nas páginas que seguem.

O Pontão Nacional Territórios Rurais e Cultura Alimentar exerceu papel central na articulação deste processo formativo. A partir de sua atuação, foi possível construir um percurso pedagógico atento à diversidade territorial, às culturas comunitárias e às especificidades dos modos de vida rurais. A experiência do Pontão, acumulada em diálogo permanente com os territórios e com a Política Nacional de Cultura Viva, orientou escolhas metodológicas, temas e formas de condução do curso, reafirmando a gestão compartilhada e a participação social como princípios estruturantes.

Registramos, igualmente, o apoio institucional do Ministério da Cultura, por meio da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural, cuja parceria viabilizou a realização do curso e deste guia pedagógico. A presença de gestoras e gestores públicos ao longo do percurso contribuiu para ampliar o diálogo entre Estado e territórios, reafirmando a importância da escuta, da participação social e da construção conjunta das políticas culturais.

Este livro também reflete o trabalho cuidadoso da equipe responsável pela organização, sistematização, comunicação, revisão, projeto gráfico e acompanhamento pedagógico. Cada etapa do processo foi conduzida com responsabilidade, sensibilidade e compromisso com a fidelidade ao que foi vivido em sala de aula, respeitando as vozes, os tempos e os sentidos construídos coletivamente.

Por fim, este material é dedicado a todas as pessoas que seguem fazendo cultura nos territórios rurais, muitas vezes em contextos de invisibilização, escassez de recursos e desafios estruturais. Este livro se dirige a todas as pessoas que seguem fazendo cultura nos territórios rurais, muitas vezes enfrentando invisibilização, escassez de recursos e desafios estruturais. As páginas que compõem este guia carregam histórias, vozes e experiências que merecem circular, ser lidas, compartilhadas e revisitadas. Que este material fortaleça vínculos, inspire novas práticas e contribua para a continuidade das lutas e das políticas públicas comprometidas com a cultura rural como direito, como prática viva e como fundamento da vida coletiva.

Marjorie Botelho e Claudio Paolino

Coordenação Geral e de Comunicação

A pedagogia do curso

Boa noite, minha gente
Boa noite morador
Ó que hora abençoada
Traíçoeiro¹ aqui chegou

Cantiga de mutirão
viva na memória da mestra
Narcisa Pereira da Cunha

O Brasil é um imenso território rural pontado por algumas urbanidades. A comunidade rural é o chão onde nasce toda a cultura do povo brasileiro, a base que sustenta toda a vida das grandes cidades. É preciso que as comunidades rurais sejam vistas, ouvidas, reconhecidas, respeitadas e valorizadas, e que suas realidades e necessidades territoriais sejam compreendidas e atendidas pelos gestores públicos.

O curso teve o intuito de incentivar e difundir os tantos relatos e experiências das comunidades rurais pela voz de seus fazedores, de promover a interação entre comunidades rurais, agentes e gestores culturais locais e gestores públicos, de estabelecer trocas reais entre as várias comunidades rurais e dar suporte àquelas que ainda estavam à margem dos processos de fomento às políticas públicas de cultura.

Foram apresentadas leis e políticas públicas já existentes para orientação dos grupos e comunidades rurais e levantados apontamentos para melhoria ou criação de novas políticas públicas para o setor. A metodologia estabelecida, inspirada nas “rodas de prosa” naturalmente praticadas nos territórios rurais, reforçou uma troca rica e amorosa entre os participantes, gerando laços de afeto e solidariedade que ultrapassaram os limites do curso em si.

Com o curso agora disponível publicamente no canal do Pontão no YouTube, esperamos que ele continue a inspirar e capacitar novas gerações de líderes comunitários, gestores públicos e agentes culturais. Acreditamos que o conhecimento compartilhado durante o curso será fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e sustentáveis para os territórios rurais.

A Rede Nacional de Pontos de Cultura e Memória Rurais é esse território de escuta e fortalecimento de laços, afetos e solidariedade.

(1) Traíçoeiro neste contexto é o trabalhador que chega de surpresa para colaborar com o dona ou dona de uma roça que está em dificuldade para cumprir os prazos de plantio ou colheita. Os amigos e vizinhos se organizam para chegar em sua casa na madrugada e dar assistência ao amigo

Apresentação

Este guia sistematiza um percurso formativo construído de forma coletiva, territorial e politicamente situada, voltado ao fortalecimento da Cultura Viva nos territórios rurais do Brasil. O material resulta do Curso de Ensino a Distância (EAD) em Cultura Viva, Ponto de Cultura Rural e Políticas de Cultura para Territórios Rurais, realizado no âmbito do Pontão Nacional Territórios Rurais e Cultura Alimentar, em parceria com a Rede Nacional de Pontos de Cultura e Memória Rurais, com apoio da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura. Mais do que um registro institucional, este guia nasce do encontro entre experiências vividas nos territórios e processos formativos construídos a partir da escuta, da partilha e da reflexão coletiva.

Ao reunir reflexões, relatos e aprendizados compartilhados ao longo dos encontros, o guia guarda a memória do que foi vivido e permite que o caminho percorrido seja retomado, aprofundado e relido com autonomia. Ele se coloca como material de apoio para estudo, consulta e formação continuada, mas também como convite à experimentação pedagógica em territórios rurais, escolas do campo, universidades, redes culturais e espaços comunitários. O que aqui se apresenta não é um manual fechado, mas um acervo vivo, atravessado pelas vozes e pelas experiências que o constituíram.

O curso integra um conjunto de ações estruturantes do Pontão Nacional Territórios Rurais e Cultura Alimentar, organizado a partir de quatro eixos que se entrelaçam: formação e capacitação; Agente Jovem e Cultura Viva; mapeamento e diagnóstico; e articulação e mobilização. Esses eixos dialogam diretamente com desafios enfrentados pelas comunidades rurais e orientam iniciativas voltadas ao fortalecimento das culturas, dos modos de vida, das práticas tradicionais, das memórias coletivas e dos protagonismos socioculturais, sempre em relação direta com as políticas públicas.

A formação aqui sistematizada foi construída a partir do encontro entre práticas territoriais, reflexões coletivas e diálogos com a gestão pública. O percurso formativo

toma como ponto de partida a atuação concreta de Pontos e Pontões de Cultura e reconhece a Política Nacional de Cultura Viva como referência para uma concepção de cultura baseada na gestão compartilhada, na participação social e no reconhecimento das iniciativas culturais comunitárias como sujeitos de direitos, especialmente nos territórios rurais.

O curso e este guia se inserem em um contexto de reconstrução das políticas culturais brasileiras, marcado pela retomada do Ministério da Cultura em 2023 e pelo fortalecimento de políticas públicas voltadas à cidadania cultural. Instituída pela Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, a Política Nacional de Cultura Viva constitui um dos principais marcos de articulação entre Estado e sociedade civil, com especial relevância para iniciativas culturais comunitárias e de base territorial.

Nos territórios rurais, essa política dialoga com trajetórias muito anteriores ao reconhecimento institucional. Organizações culturais, coletivos comunitários, mestres e mestras, agricultoras e agricultores, juventudes e mulheres vêm sustentando práticas culturais, educativas e de memória há décadas, muitas vezes em contextos de invisibilização, precariedade e negação de direitos. A constituição da Rede Nacional de Pontos de Cultura e Memória Rurais expressa esse acúmulo histórico e a necessidade de articulação específica das ruralidades no campo da cultura.

Ao final do processo formativo, os conteúdos foram organizados neste guia com a perspectiva de permanecerem disponíveis como acervo aberto. O material se afirma, assim, como instrumento político-pedagógico voltado à formação continuada, à reflexão coletiva e ao fortalecimento das práticas culturais nos territórios rurais brasileiros, convidando leitoras e leitores a percorrerem esse caminho como parte de uma caminhada viva, que articula memória, cultura, território e compromisso com a continuidade da vida no campo.

MÓDULO	TEMA	EIXOS E CONTEÚDOS CENTRAIS	PARTICIPAÇÕES
Módulo 1	Aula Inaugural – Fundamentos e Memória da Rede	Início do percurso formativo como espaço ritual de acolhimento, celebração e afirmação política da rede; reafirmação do compromisso institucional com a Política Nacional de Cultura Viva e com os territórios rurais; memória do processo histórico de articulação da Rede Nacional de Pontos de Cultura e Memórias Rurais.	Márcia Rollemberg (Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural do MinC); Marjorie Botelho (Pontão Nacional Territórios Rurais e Cultura Alimentar e Rede Nacional de Pontos de Cultura e Memórias Rurais).
Módulo 2	Cultura Viva para Todos	Aprofundamento da Política Nacional de Cultura Viva: bases legais, trajetória histórica, princípios e desafios contemporâneos; importância da política para iniciativas culturais comunitárias e de base comunitária nos territórios rurais; articulação entre experiência comunitária, gestão cultural e incidência política.	Mestre Caimbé (Raízes Brasileiras); Mestra Catarina Ribeiro (Roda de Prosa Roraima); Flávia Bezerra (MinC/Roraima).
Módulo 3	As Culturas Populares nos Territórios Rurais	Expressões culturais do campo brasileiro; diversidade simbólica e papel estruturante das culturas populares; reconhecimento de mestres e mestras, tradições orais, brincadeiras, danças, artesanatos, celebrações e narrativas como patrimônio vivo.	Mestra Daraína Pregnotatto (Guaimbê); Mestre Gil do Jongo (Fórum para as Culturas Populares e Tradicionais); Mestra Narcisa Pereira da Cunha (Guaimbê); Sebastião Soares (MinC)
Módulo 4	Educação no Campo	Articulação entre cultura, educação e território; educação do e no campo como prática que integra saberes tradicionais, experiências de vida e pedagogias populares; escolas e territórios como espaços educativos.	Mestra Doci (Olho do Tempo); Maria do Socorro Xavier Batista (UFPB); Peninha Teixeira (Olho do Tempo); Fabiano Piúba (MinC)

Módulo 5	Desenvolvimento Sustentável nos Territórios Rurais	Relação entre cultura, meio ambiente, economia e justiça social; sustentabilidade entendida como permanência digna no território, autonomia comunitária, identidade cultural e proteção dos modos de vida.	Ìyalasè Yashodhan CoMPaz Comunidade Kilombola Morada da Paz); Ogan Ayan N'goma CoMPaz (Comunidade Kilombola Morada da Paz); Gustavo Meyer (MDA)
Módulo 6	Turismo de Base Comunitária	Turismo como prática política, pedagógica e econômica construída a partir do território; valorização cultural, fortalecimento social, geração de renda justa e proteção territorial.	Damiana Campos (Rosa e Sertão); Maria Aparecida de Alcântara (Rede Tucum); Ana Sueli de Lima Pinto (Rede Tucum); Gabriel Oliveira (MDA)
Módulo 7	Cultura Alimentar nas Comunidades Rurais	Alimentação como expressão cultural, prática de memória, cuidado e disputa política; transmissão de saberes culinários, preservação de técnicas tradicionais, valorização da produção local e identidade alimentar.	Dona Rosa (Povo Wapichana); Mestra Josefa (Coletivo Saberes da Terra); Tainá Marajoara (Instituto Iacitatá); Moisés Savián (MDAAFA)
Módulo 8	Patrimônio Cultural e Imaterial nas Comunidades Rurais	Memória, identidade, museologia social e Pontos de Memória; políticas de salvaguarda do patrimônio material e imaterial; preservação da memória como estratégia de reconhecimento e garantia de direitos.	Tadzia Maya (Ypuca); Mestra Ivoneida de Jesus (MST - Bahia); Rosane Luchtenberg (Instituto Boimamão); Átila Bezerra Tolentino (IBRAM)

Módulo 9	Cultura Viva nos Territórios Rurais	Cultura Viva como força política, afetiva e histórica; articulação entre cultura, memória, educação, políticas públicas e organização comunitária; defesa do território, da dignidade, da justiça social e socioambiental e do futuro coletivo.	Marjorie Botelho (Pontão de Cultura Territórios Rurais e Cultura Alimentar, Fabíola Melca (Armazém Multiverso), Leandro Anton (Coordenação da Política Nacional de Cultura Viva – MinC)
Módulo 10	Encontro Final de Encerramento	Consolidação do curso como experiência formativa, política, afetiva e territorial; fortalecimento da rede; reconhecimento de trajetórias; anúncio de continuidades e futuros possíveis; reafirmação da luta por direitos culturais nos territórios rurais.	Falas coletivas das/os participantes

O conjunto das aulas permanece disponível publicamente em ambiente virtual, compondo um acervo aberto de formação continuada. As gravações podem ser acessadas no canal do Pontão de Cultura Territórios Rurais e Cultura Alimentar no YouTube, por meio da playlist do curso Cultura Viva, Ponto de Cultura Rural e Políticas de Cultura para Territórios Rurais, bem como a partir do site da Rede Nacional de Pontos de Cultura e Memória Rurais (www.redenacionaldepontosdeculturaememoriarurais.com). Quem acessar os conteúdos e preencher os requisitos indicados nas plataformas poderá, ainda, solicitar certificação, mantendo vivo o caráter processual, público e permanente desta experiência formativa.



MÓDULO 1

Fundamentos, Memória e Políticas da Cultura Viva nos Territórios Rurais



O Módulo 1 inaugurou o percurso formativo, concebido como um espaço ritual de acolhimento, encontro e afirmação política da rede. Desde esse primeiro momento, a abertura do curso foi apresentada como gesto coletivo de reconhecimento mútuo, fortalecimento dos vínculos construídos historicamente e reafirmação do compromisso com a Cultura Viva e com os territórios rurais como espaços de produção de vida, memória e cultura.

A aula contou com a presença da Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura e da Coordenadora do Pontão Nacional Territórios Rurais e Cultura Alimentar, representando também a Rede Nacional de Pontos de Cultura e Memória Rurais. A presença institucional do Ministério da Cultura foi registrada como parte do processo de reconstrução das políticas culturais no país, situando a Política Nacional de Cultura Viva como política pública estruturante, baseada na gestão compartilhada, na participação social e no reconhecimento das iniciativas culturais comunitárias como sujeitos de direitos.

Na abertura do módulo, a Cultura Viva foi apresentada como política construída no diálogo permanente entre Estado e sociedade civil. As falas situam essa política como reconhecimento de práticas culturais já existentes nos territórios, muitas vezes sustentadas por anos sem apoio institucional. A Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, foi mencionada como marco jurídico fundamental, especialmente por afirmar princípios como gestão compartilhada, descentralização e territorialização, aspectos decisivos para comunidades rurais, povos e comunidades tradicionais.

Na sequência, a intervenção da coordenadora do Pontão Nacional Territórios Rurais e Cultura Alimentar trouxe para o centro da aula a memória do processo histórico de articulação da Rede Nacional de Pontos de Cultura e Memória Rurais. A fala situou o curso como parte de uma caminhada coletiva construída ao longo de anos de organização, encontros presenciais, diálogos territoriais e incidência política.

Ao revisitar a trajetória da Rede Nacional de Pontos de Cultura e Memória Rurais, a fala situou o curso como parte de uma caminhada construída ao longo de muitos anos, encontros presenciais, diálogos territoriais, articulações políticas e processos formativos anteriores que compõem o acúmulo que sustenta esta formação. O curso, nesse sentido, surge como desdobramento de uma história coletiva, tecida no cotidiano dos territórios rurais e marcada por vínculos afetivos, políticos e metodológicos.

A aula apresentou a trajetória da Rede Nacional de Pontos de Cultura e Memória Rurais como resultado da aproximação entre organizações que atuam em diferentes regiões do país, em contextos de agricultura familiar, comunidades tradicionais, práticas agroecológicas, experiências populares de educação e iniciativas de memória e expressões artísticas vinculadas ao território. Esse processo teve um marco importante na Teia realizada em Natal, em 2014, quando as organizações presentes identificaram a necessidade de construir um espaço próprio de articulação das ruralidades dentro do campo da Cultura Viva.

Esse encontro inicial permitiu o reconhecimento de desafios comuns, como a invisibilização das culturas do campo, a dificuldade de acesso às políticas culturais, a predominância de uma lógica urbana na formulação das políticas públicas e a ausência de instrumentos sensíveis às especificidades territoriais. A partir desse reconhecimento, a rede passou a se constituir como espaço permanente de troca, fortalecimento e incidência política, reunindo inicialmente cerca de trinta organizações de todas as regiões do Brasil, com perspectiva contínua de ampliação.

Ao longo do módulo, destacou-se que a diversidade territorial da rede constitui sua principal força. As organizações envolvidas apresentam linguagens culturais diversas, histórias distintas e realidades específicas, mas compartilham o enraizamento territorial, o compromisso com a vida comunitária e a compreensão da cultura como prática viva, política e formativa. Essa diversidade contribuiu para a construção de uma identidade comum, capaz de afirmar o campo como espaço fundamental da cultura brasileira.

A aula recuperou também os encontros nacionais e o encontro latino-americano realizados em território rural no interior do estado do Rio de Janeiro, apresentados como momentos estruturantes do processo de articulação da rede. Esses encontros foram compreendidos não apenas como eventos, mas como espaços de convivência, escuta e elaboração coletiva, nos quais experiências foram compartilhadas, vínculos foram fortalecidos e reflexões políticas aprofundadas a partir da realidade concreta dos territórios.

Nesse percurso, o papel do Pontão de Cultura foi destacado como estrutura articuladora da rede, responsável por promover ações de formação, mobilização, mapeamento, diálogo institucional e incidência política. O Comitê Gestor do Pon-

tão foi apresentado como instância coletiva de acompanhamento e condução das metas pactuadas com o Ministério da Cultura, ressaltando sua composição diversa e territorialmente distribuída como base para sustentar os processos de articulação nacional.

O módulo situou o Pontão Nacional Territórios Rurais e Cultura Alimentar no âmbito dos editais públicos do Ministério da Cultura voltados à implementação da Política Nacional de Cultura Viva. Essa vinculação foi apresentada como reconhecimento institucional de uma trajetória construída nos territórios e como oportunidade de fortalecer ações estruturantes, entre elas a formação aqui sistematizada, o mapeamento cultural, a produção de conhecimento e a articulação política.

O debate avançou para a compreensão dos instrumentos da Política Nacional de Cultura Viva, com destaque para a certificação, o Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, os prêmios e os editais. Reafirmou-se que esses instrumentos têm papel fundamental no reconhecimento institucional das iniciativas culturais comunitárias, especialmente nos territórios rurais, onde muitas experiências atuam há décadas sem formalização jurídica.

A noção de gestão compartilhada foi apresentada como princípio central da Cultura Viva, compreendida como corresponsabilidade entre Estado e Sociedade Civil na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas. Essa lógica reconhece as comunidades como produtoras de conhecimento, cultura e política, rompendo com modelos verticalizados e centralizadores.

No mesmo campo de reflexão, a aula abordou a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, instituída pela Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022, como política estruturante de financiamento cultural. Destacaram-se seus mecanismos de descentralização, a importância da continuidade e os desafios para garantir que os recursos cheguem efetivamente aos territórios rurais, comunidades tradicionais e populações historicamente excluídas.

A cultura alimentar apareceu desde o início do curso como eixo estruturante da articulação territorial, dialogando com políticas de segurança alimentar e nutricional, agroecologia e desenvolvimento rural. O módulo situou essa pauta em diálogo com espaços institucionais, conselhos e sistemas intersetoriais, reafirmando a necessidade de articulação entre cultura, campo, saúde, educação e meio ambiente.

Ao longo da aula, consolidou-se a compreensão de que políticas culturais voltadas aos povos do campo, das florestas e das águas exigem abordagem transversal e intersetorial. A cultura foi apresentada como política de vida, dignidade e continuidade histórica, articulada às lutas por terra, território, memória, educação e justiça social.

O curso foi apresentado como parte desse processo mais amplo, integrado às metas do Pontão e a outras ações em curso, como bolsas para jovens, formação de agentes culturais, produção audiovisual, campanhas, fóruns e processos de mapeamento. A proposta pedagógica se fundamenta na lógica da roda, promovendo a escuta ativa, a partilha generosa e o reconhecimento dos saberes populares como fontes legítimas e valiosas de conhecimento.

O encerramento do Módulo 1 deixou evidente o compromisso coletivo com a continuidade do processo iniciado. A aula situou o curso como parte de um movimento mais amplo de afirmação dos territórios rurais como espaços centrais da cultura brasileira. A defesa do direito à cultura, da participação social e da construção de políticas públicas sensíveis às realidades do campo apareceram como horizonte comum, reafirmando a importância da organização em rede e da permanência da caminhada coletiva.



MÓDULO 2



Cultura Viva para todos

O Módulo 2 aprofundou a compreensão da Política Nacional de Cultura Viva a partir de suas bases legais, de sua trajetória histórica e de seus princípios estruturantes, com atenção especial à sua relevância para iniciativas culturais comunitárias e de base territorial nos contextos rurais. A aula contou com a presença de Mestre Caimbé, da Associação de Capoeira Raízes Brasileiras – Escola de Capoeira, de Mestra Catarina Ribeiro, do Coletivo Confluência Roda de Prosa, e de Flávia Bezerra, representante do Ministério da Cultura no estado de Roraima. A presença desses sujeitos, oriundos de diferentes territórios e lugares de atuação, conferiu ao encontro caráter plural e profundamente enraizado na experiência concreta da Cultura Viva.

Desde a abertura, a combinação entre as falas de base comunitária e a presença institucional situou a Cultura Viva como política em permanente construção, alimentada pelas práticas dos territórios e pelo diálogo contínuo com o Estado. O encontro reafirmou que a política não nasce de forma abstrata ou exclusivamente normativa, mas se constrói a partir de experiências vividas, organizadas e sustentadas cotidianamente por comunidades, coletivos e mestres da cultura popular.

As falas iniciais ampliaram a compreensão sobre a presença cultural nos territórios rurais e sobre o lugar ocupado por essas experiências na formulação das políticas públicas, na incidência política e na afirmação de direitos culturais. Destaca-se que a atuação cultural no campo integra um processo histórico de organização comunitária, de construção de redes e de produção de conhecimento que articula memória, identidade, participação social e elaboração coletiva. As comunidades rurais foram reconhecidas como produtoras de reflexão crítica sobre suas próprias práticas e como sujeitas políticas ativas na disputa por reconhecimento e acesso às políticas culturais.

Ao longo do encontro, a formação organizou-se como espaço de troca e de construção coletiva do saber. As experiências concretas das pessoas participantes, seus

percursos territoriais, leituras políticas e desafios cotidianos compuseram o conteúdo central do aprendizado. A dinâmica da aula valorizou a escuta, a circulação da palavra e o compartilhamento de visões, reafirmando os sujeitos do campo como produtores de pensamento sobre cultura, política e direitos, e não apenas como beneficiários de políticas públicas.

Nesse contexto, a noção de Ponto de Cultura foi reafirmada como processo contínuo de organização comunitária, formação política e elaboração coletiva, construída no tempo e na relação direta com o território. Uma das experiências compartilhadas apresentou a capoeira como prática cultural estruturante, consolidada no território como espaço de educação, organização comunitária, leitura crítica da realidade e afirmação identitária, articulando corpo, ancestralidade e política.

A atuação em rede revelou-se elemento estruturante dessa caminhada. A construção coletiva foi apresentada como criação de um campo comum de sentido, diálogo e incidência política, capaz de ampliar a força das iniciativas culturais rurais diante de desafios compartilhados. As falas destacaram que grupos culturais do campo enfrentam dificuldades semelhantes e que a troca de experiências, o compartilhamento de estratégias e a elaboração conjunta de demandas e necessidades fortalecem a capacidade de enfrentamento e de conquista de direitos. A rede foi reconhecida também como espaço afetivo, de acolhimento e de sustentação emocional, fundamental para fortalecer identidades e alimentar a convicção de que a luta pelo direito à cultura se constrói coletivamente.

Experiências provenientes de diferentes regiões do país foram situadas como expressões da diversidade territorial da Cultura Viva. Realidades marcadas por distâncias geográficas, fronteiras culturais e contextos rurais profundos e históricos de exclusão de acesso às políticas públicas emergiram com força nas falas. Esses relatos reforçaram que a cultura comunitária nos territórios rurais articula modos de vida, formas próprias de organização social, memória coletiva e pertencimento, muitas vezes antecedendo o reconhecimento formal do Estado.

Ao longo do debate, tornou-se evidente que a Política Nacional de Cultura Viva, em muitos casos, chega para nomear, reconhecer e fortalecer práticas culturais já existentes há décadas. Associações comunitárias, terreiros, museus comunitários, grupos indígenas e quilombolas foram citados como exemplos de iniciativas que já atuavam como pontos de cultura antes mesmo da certificação formal, reafirmando o caráter indutor e não criador da política.

Gradualmente, a reflexão avançou para a importância de compreender de forma consistente os instrumentos das políticas culturais e de fortalecer a capacidade de in-

cidência política dos territórios rurais. As falas revelaram que grande parte da estrutura de gestão cultural no país se organizou historicamente a partir de uma lógica urbana, o que produz invisibilidades, dificuldades de acesso e desconsideração das especificidades do campo. Formulários, cadastros e discursos oficiais frequentemente adotam a cidade como referência principal, tratando o rural como exceção.

Essa lógica urbana foi associada a efeitos concretos, como o esvaziamento dos territórios rurais, o deslocamento forçado de famílias, a pressão migratória sobre os jovens e a formação de periferias urbanas, enquanto o campo permanece como espaço fundamental de produção de alimentos e de sustentação da vida. Nesse cenário, a permanência no campo foi tratada como questão existencial e política, vinculada à possibilidade de viver com dignidade, ter saberes respeitados e acessar direitos culturais.

A cultura se apresentou, nesse contexto, como chave para afirmar o valor dos territórios rurais, fortalecer o orgulho de pertencimento e criar condições simbólicas e políticas para sustentar a permanência no campo como projeto de vida. O curso foi apresentado como instrumento estratégico para fortalecer politicamente os sujeitos, ampliar a compreensão sobre direitos, instrumentos e espaços de disputa, e preparar comunidades para o diálogo qualificado com o poder público.

As falas evidenciaram uma demanda crescente por instrumentos concretos de orientação, como apoio à elaboração de projetos, construção de portfólios, compreensão de editais, leitura crítica de critérios de avaliação e acompanhamento de plataformas digitais. Esse conjunto de necessidades foi compreendido como parte do processo de qualificação política impulsionado pela Cultura Viva nos territórios rurais.

Nesse horizonte, a Política Nacional de Cultura Viva ocupou lugar central no debate. Foram retomados seu percurso histórico, seus avanços e seus entraves, especialmente no período inicial marcado por instrumentos administrativos pouco compatíveis com a realidade das organizações comunitárias. A consolidação do marco legal foi apresentada como passo decisivo para superar essas limitações, fortalecer o reconhecimento institucional e ampliar as possibilidades de acesso a recursos públicos.

O debate aprofundou a compreensão sobre a certificação no Cadastro Nacional de Pontos de Cultura, os prêmios e os mecanismos de apoio como parte de um sistema de reconhecimento e garantia de direitos. Foi esclarecido que a certificação pode ser acessada por coletivos com ou sem CNPJ, desde que comprovem atuação cultural continuada, enquanto os Pontos de Cultura demandam estrutura institucional capaz de gerir metas e instrumentos administrativos. Essa distinção contribuiu para consolidar a compreensão da Cultura Viva como política baseada na corresponsabilidade entre Estado e Sociedade Civil.

Paralelamente, emergiram críticas consistentes à burocratização excessiva, à linguagem técnica pouco acessível dos editais e à atuação de pareceristas distantes das realidades territoriais. Essas críticas foram apresentadas como parte do próprio processo democrático de aperfeiçoamento das políticas públicas, reafirmando a necessidade de instrumentos mais sensíveis às realidades do campo.

O reconhecimento institucional proporcionado pela certificação foi apresentado como instrumento capaz de ampliar o poder de diálogo entre as comunidades e o Estado, fortalecer organizações e consolidar sua presença no campo das políticas culturais. Ao mesmo tempo, reafirmou-se que esse reconhecimento precisa estar articulado a políticas de financiamento contínuas e estruturadas, para que a sustentabilidade das ações culturais não dependa exclusivamente de esforços voluntários ou apoios pontuais.

A Política Nacional Aldir Blanc também ocupou espaço relevante no debate, sendo reconhecida como marco fundamental para a descentralização de recursos e ampliação do acesso ao financiamento cultural. As falas ressaltaram que a presença de recursos exige condições reais para alcançar as comunidades rurais, envolvendo formação, orientação no uso de plataformas digitais, apoio documental e construção de processos coletivos capazes de reduzir desigualdades históricas.

Nesse processo, destacou-se a importância de editais adequados às realidades do campo, com linguagem acessível, critérios sensíveis às especificidades territoriais e prazos compatíveis com os ritmos comunitários. A formação foi compreendida como ferramenta essencial para ampliar a capacidade de leitura crítica desses instrumentos e fortalecer a participação qualificada das comunidades.

As trocas de experiências evidenciaram a diversidade das realidades que compõem o campo da Cultura Viva nos territórios rurais, incluindo comunidades quilombolas, ribeirinhas, indígenas, assentamentos rurais, associações comunitárias e coletivos situados em áreas marcadas por conflitos territoriais. Esses relatos ampliaram a compreensão de que defender a Cultura Viva nos territórios rurais envolve também defender vida, terra, memória e futuro.

Nesse conjunto de experiências, a capoeira foi apresentada como prática cultural estruturante, compreendida simultaneamente como linguagem artística, tecnologia social e prática pedagógica que articula corpo, ancestralidade, organização comunitária e formação política. As experiências apresentadas evidenciaram como as práticas culturais tradicionais produzem educação, consciência crítica e organização social, fortalecendo a vida comunitária nos territórios.

O módulo consolidou a compreensão da formação como componente político fundamental, inserido em um processo mais amplo de preparação, fortalecimento e orga-

nização dos sujeitos culturais. O objetivo central consistiu em ampliar a consciência crítica sobre o papel do Estado, o sentido do financiamento público, a importância da participação social e a necessidade de ocupar e disputar espaços institucionais.

Ao longo do encontro, a dimensão humana e simbólica do processo formativo permaneceu presente. Cantos, gestos de agradecimento, momentos de celebração e emoção foram reconhecidos como parte constitutiva da formação, reafirmando a cultura nos territórios rurais como forma de existência, fortalecimento da autoestima coletiva, criação de pertencimento e sustentação emocional diante dos desafios cotidianos.

Ao final do Módulo 2, consolidou-se a compreensão do processo formativo como percurso político e de construção de futuro. Ao reunir experiências diversas, vindas de territórios distintos e marcadas por desafios comuns, o curso fortaleceu um espaço de produção coletiva de conhecimento, de fortalecimento institucional e de afirmação de direitos. Permaneceu, como horizonte compartilhado, a perspectiva de continuidade da caminhada, com a convicção de que a rede segue se fortalecendo e que a luta pelo direito à cultura nos territórios rurais permanece como compromisso coletivo.



MÓDULO 3



As Culturas Populares nos Territórios Rurais

O Módulo 3 voltou-se às expressões culturais dos territórios rurais brasileiros, reconhecendo sua potência simbólica, sua diversidade e seu papel estruturante na constituição das identidades comunitárias. A aula contou com a presença de Mestra Daraína Pregnotattoe Mestra Narcisa Pereira da Cunha, da Guaimbê - Espaço e Movimento (Ponto de Cultura Quintal da Aldeia /GO), de Mestre Gilberto Augusto da Silva, do Jongo de Piquete /SP (Fórum das Culturas Populares) e de Sebastião Soares, Diretor de Promoção das Culturas Populares da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, ele próprio, um brincante popular. A presença desses sujeitos, portadores de saberes enraizados em diferentes territórios e trajetórias, conferiu ao encontro densidade cultural, política e afetiva.

Desde a abertura, o módulo situou as culturas populares como fundamento vivo da existência nos territórios rurais, apresentando-as não como manifestações isoladas ou eventos pontuais, mas como práticas cotidianas que organizam a vida comunitária, estruturam identidades e sustentam a continuidade histórica dos povos do campo. As falas iniciais evidenciaram que essas culturas antecedem as políticas públicas e permanecem vivas independentemente do reconhecimento institucional, atravessando gerações e moldando formas próprias de relação com o território, a natureza, o trabalho, o alimento e a espiritualidade.

Todo o encontro acentuou a presença da cultura alimentar como base de todas as relações culturais populares e tradicionais. As manifestações começam no campo, nas plantações, nas colheitas, nos mutirões da terra e se consolidam no compartilhamento do alimento, desde sua feitura ao repartir o alimento, desde o cafezinho ao lado do fogão à lenha às grandes refeições após a conclusão dos festejos populares.

Ao longo do encontro, consolidou-se a compreensão de que as culturas populares e tradicionais constituem o chão simbólico e político sobre o qual se organizam as

comunidades rurais. Cantos, danças, rezas, brincadeiras, narrativas, ofícios e celebrações foram apresentados como dimensões inseparáveis da vida cotidiana, carregando valores, memórias, ensinamentos e formas de organização coletiva. As manifestações culturais aparecem como práticas vivas, criadoras e politicamente significativas, capazes de sustentar modos de vida, fortalecer vínculos comunitários e afirmar dignidades historicamente negadas.

As falas apresentadas trouxeram exemplos concretos dessa compreensão ao situar o aprendizado cultural como experiência vivida no território. O modo como se aprende a rezar, a cantar, a tocar o tambor, a dançar e especialmente o fazer coletivo em torno da comida, do plantio ao alimento compartilhado, aparece vinculado à observação atenta da terra, ao convívio com os mais velhos e à participação nas festas e rituais comunitários. Esses relatos reafirmaram que o conhecimento cultural não se transmite de forma fragmentada, mas se constrói na relação cotidiana entre corpo, memória, território e comunidade.

A reflexão sobre os processos de transmissão cultural foi aprofundada ao longo do encontro, destacando a importância da vivência como método pedagógico. Crianças aprendem brincando, dançando e participando das práticas culturais, em um processo no qual o corpo, o afeto e o pertencimento ocupam lugar central. A cultura aparece, assim, como prática educativa contínua, que forma sujeitos, produz identidade e fortalece a permanência no território.

Ao longo do módulo, tornou-se evidente a relação profunda entre cultura, memória e natureza nos territórios rurais. Lugares específicos — rios, matas, quintais, áreas de convivência, casas antigas e espaços de celebração, especialmente as cozinhas coletivas — foram apresentados como territórios de memória e pertencimento, carregando histórias, afetos e referências simbólicas. Cuidar da cultura, nesse contexto, implica cuidar do território. Preservar práticas culturais envolve, necessariamente, proteger a terra, a água e os bens comuns que sustentam a vida comunitária.

Nesse cenário, ganharam visibilidade experiências comunitárias voltadas à preservação da memória e à organização de espaços culturais locais, como casas de memória, centros culturais comunitários e iniciativas familiares de salvaguarda de objetos, narrativas e práticas. Esses espaços surgem como resultado de esforços coletivos, marcados por compromisso, cuidado e responsabilidade compartilhada, revelando que a preservação cultural é, antes de tudo, uma escolha política e afetiva feita pelas comunidades.

O encontro também trouxe à tona questões estruturais que atravessam a vida cultural nos territórios rurais, como a mobilidade e o transporte. As dificuldades de deslocamento de grupos culturais, mestres e coletivos foram apresentadas como entraves

concretos para a circulação das manifestações culturais e para o acesso às políticas públicas. A garantia do direito à cultura no campo envolve, portanto, considerar condições materiais de acesso, infraestrutura e permanência, elementos frequentemente invisibilizados nas formulações institucionais.

Apesar dessas dificuldades, destacou-se a forte capacidade organizativa presente nos territórios. Redes de ajuda mútua, trocas de experiências, apoio coletivo na elaboração de projetos e orientação compartilhada para acessar editais e instrumentos públicos aparecem como estratégias construídas no cotidiano. Esse processo foi associado à ideia de resiliência coletiva, na qual o aprendizado institucional ocorre de forma compartilhada e gradual, fortalecendo a autonomia das comunidades frente às exigências do Estado.

Ao longo do debate, as culturas populares foram reposicionadas criticamente frente a leituras históricas que as associaram a um folclore estático ou decorativo. As falas reafirmam seu caráter vivo, dinâmico e politicamente relevante, deslocando-as de lugares marginais para o centro do debate sobre direitos culturais. Esse reposicionamento foi articulado à crítica de práticas institucionais que convidam grupos culturais apenas para apresentações pontuais, sem reconhecer seus saberes como conhecimento legítimo.

A relação entre cultura e educação ocupou lugar central no módulo. As falas problematizam currículos escolares que desconsideram saberes tradicionais, histórias locais e formas próprias de aprendizagem construídas nos territórios rurais. Quando esses saberes permanecem fora da escola, enfraquecem-se os vínculos comunitários e as identidades coletivas. Em contraponto, defendeu-se uma educação capaz de reconhecer mestres e mestras como educadores, integrar o território ao processo pedagógico e promover diálogo entre escola e vida comunitária.

Nesse contexto, ganhou destaque o debate sobre o reconhecimento de mestras e mestres das culturas populares. As falas problematizam modelos de reconhecimento estritamente individuais, apontando seus limites quando desconsideram o caráter coletivo dos saberes. Mestras e mestres foram apresentados como representantes de comunidades, territórios, linhagens culturais e processos coletivos de construção do conhecimento, exigindo políticas públicas sensíveis a essa dimensão comunitária.

A noção de notório saber foi apresentada como instrumento estratégico de reconhecimento institucional, capaz de legitimar conhecimentos produzidos nos territórios, nas práticas culturais, na transmissão oral e na relação com a natureza. O reconhecimento do notório saber aparece como caminho para garantir presença institucional de mestras e mestres em espaços de formação, pesquisa e políticas públicas, sem submeter esses saberes a lógicas acadêmicas excludentes.

A juventude rural atravessou o módulo como tema estruturante. As falas evidenciaram que a ausência de políticas culturais e educativas conectadas ao território contribuiu para o êxodo juvenil, entendido como fenômeno econômico, cultural e simbólico. Quando a cultura é desvalorizada e a escola se distancia da vida comunitária, o campo passa a ser percebido como lugar sem futuro. Em contrapartida, o reconhecimento das práticas culturais e a valorização dos saberes locais fortalecem o pertencimento, orgulho e desejo de permanência.

Ao final do encontro, consolidou-se uma compreensão profunda das culturas populares e tradicionais como força ativa e fundamental à vida comunitária e campo estratégico de cidadania cultural. A articulação entre memória, território, natureza, permanência, educação e participação social construiu um quadro consistente sobre o significado de defender a cultura nos territórios rurais, reafirmando a importância da rede, da formação continuada e da incidência política como compromissos coletivos.

O Módulo 3 reafirmou, assim, que a consolidação de políticas culturais para os territórios rurais exige abordagem transversal e intersetorial, envolvendo cultura, educação, meio ambiente, saúde, assistência social e desenvolvimento rural.

Cultura, território e natureza foram apresentados como dimensões inseparáveis da vida no campo, uma vez que as práticas culturais nascem da relação direta com a terra, a água, as paisagens e os ciclos naturais. Defender as culturas populares nos territórios rurais corresponde, portanto, a defender a vida, a memória e a possibilidade de futuro dessas comunidades.



MÓDULO 4

Educação no campo



O Módulo 4 – Educação no Campo estabeleceu um diálogo profundo entre cultura, educação e território, reafirmando que os processos educativos nos territórios rurais ultrapassam os limites da escola formal e se constroem a partir das experiências comunitárias, dos saberes tradicionais, das práticas culturais e das formas coletivas de organização da vida. A aula contou com a presença de Mestra Doci e de representantes do Museu Vivo Olho do Tempo, de Maria do Socorro Xavier Batista, professora da Licenciatura em Educação do Campo (LEC), e Fabiano Piúba, Secretário de Formação Artística e Cultural, Livro e Leitura do Ministério da Cultura.

Desde a abertura, o módulo afirmou que cultura e educação do campo caminham de forma integrada e indissociável, constituindo dimensões fundamentais da vida, da memória, da dignidade e da continuidade dos territórios rurais. O campo foi reconhecido como lugar de produção de saberes, de construção de humanidade e de experiências educativas profundas, capazes de formar sujeitos e comunidades a partir da relação direta com a terra, com a história coletiva e com os modos próprios de viver e aprender.

A roda de conversa se iniciou, como em todas as demais, com a evocação simbólica dos mestres e das mestras do território. O uso do pandeiro e a presença do coco de roda do Vale do Gramame anunciaram que o aprendizado no campo começa no corpo, no som, no ritmo e na convivência. Esse gesto inaugural situou o encontro como experiência viva, em que o conhecimento se constrói pela presença, pela escuta e pela partilha, e não apenas pela transmissão formal de conteúdos.

Ao longo do encontro, desenvolveu-se a compreensão de que a educação do campo nasceu das experiências concretas das comunidades e se organiza a partir da vida cotidiana. Histórias, modos de viver, práticas de trabalho coletivo, relações com a natureza, celebrações, mutirões, cozinhas, quintais e espaços comunitários atravessam os processos educativos, formando pessoas e fortalecendo vínculos. Aprender, nesse

contexto, aparece como experiência permanente construída nas relações comunitárias e orientada pela realidade dos territórios.

A Educação do Campo é entendida como uma construção política e histórica, vinculada às lutas por terra, por dignidade e por reconhecimento. Essa trajetória se constrói em contraposição a uma lógica de agronegócio que transforma territórios em mercadoria e a natureza em recurso explorável. Em resposta a esse modelo, experiências camponesas, quilombolas, indígenas e rurais afirmam o campo como espaço de cultura, memória, espiritualidade, solidariedade e futuro. O Vale do Gramame foi apresentado como exemplo concreto dessa articulação, em que a mobilização comunitária em defesa do rio ameaçado por contaminação se transformou em processo pedagógico coletivo, envolvendo educadores, crianças, mestres e agricultores.

A memória afetiva e cultural atravessou o encontro como dimensão estruturante da formação humana. Lembranças de infância, histórias contadas, cantos, rezas, apelidos de família e narrativas comunitárias aparecem como fontes de identidade e pertencimento, reafirmando que essas experiências educam, fortalecem vínculos e constituem sujeitos. Brincadeiras comunitárias, rodas de conversa e práticas coletivas foram apresentadas como modos de ensinar valores, construir solidariedade e produzir sentimento de comunidade.

A centralidade da cultura alimentar ganhou destaque como dimensão pedagógica fundamental. O preparo dos alimentos, as receitas transmitidas entre gerações, os modos de fazer, o cuidado com os ingredientes e a partilha apareceram como experiências educativas profundas, articulando memória, afeto, cuidado com a vida e transmissão de saberes. A cozinha foi reconhecida como espaço de aprendizagem coletiva, no qual crianças aprendem com as mãos das mais velhas do território, preparando alimentos tradicionais e fortalecendo vínculos comunitários.

O trabalho coletivo surgiu como outro eixo estruturante da formação, a partir da compreensão do mutirão como prática pedagógica viva. O mutirão foi apresentado como espaço de encontro, ajuda mútua e responsabilidade compartilhada, ensinando cooperação, solidariedade e compromisso com o outro. Experiências como a organização de festas comunitárias, a limpeza de trilhas e a preparação de celebrações foram reconhecidas como processos educativos que formam sujeitos e fortalecem o pertencimento ao território.

Os espaços culturais comunitários também foram reconhecidos como territórios educativos. Museus comunitários, casas de cultura, centros de memória e espaços de leitura apareceram como ambientes onde vidas são narradas, experiências são registradas e identidades fortalecidas. O Museu Vivo Olho do Tempo foi apresentado como

exemplo de território-escola, em que objetos, fotografias, tambores, utensílios da pesca e registros da memória coletiva se tornam currículo vivo, alimentando processos formativos profundamente conectados ao território.

A reflexão avançou para o campo da leitura, da linguagem e da produção simbólica como dimensões centrais da formação. Ler foi apresentado como prática ampliada, envolvendo não apenas livros e palavras escritas, mas também a leitura do território, da paisagem, da história e da própria vida. Poesia, narrativa, música e expressão artística aparecem como ferramentas de criação, liberdade e pensamento crítico, materializadas em experiências educativas que envolvem quintais agroecológicos, sistemas agroflorestais e observação dos ciclos da natureza.

Ao longo do percurso, emergiram reflexões sobre os marcos políticos e as lutas históricas que estruturam a Educação do Campo como política pública. Conferências, encontros nacionais, articulações de educadores e processos de formulação coletiva foram lembrados como fundamentos desse campo, evidenciando que a Educação do Campo resulta de luta social, organização coletiva e inserção institucional. Nesse contexto, a presença das artes foi reafirmada como elemento central da formação integral, envolvendo dança, música, brincadeira, teatro e poesia como caminhos para ampliar a sensibilidade e percepção do mundo.

A relação entre escola e território ocupou lugar central no debate. A escola do campo foi apresentada como espaço que precisa dialogar com a vida das comunidades, reconhecer saberes locais, valorizar mestres e respeitar formas próprias de organização. Quando a escola se afasta do território, vínculos se enfraquecem; quando se abre ao território, identidades se fortalecem e a autoestima coletiva se amplia. A ideia de que o território entra na escola e a escola se abre para o território sintetiza esse horizonte político-pedagógico.

O encontro aprofundou a distinção entre escola rural, escola no campo e escola do campo, compreendidas como projetos políticos distintos. A escola rural foi situada como modelo historicamente construído a partir de referências urbanas, pensado para o campo como espaço a ser adaptado. A escola no campo apareceu como referência geográfica que nem sempre dialoga com a vida comunitária. A escola do campo foi afirmada como projeto político-pedagógico construído a partir do território, da memória, do trabalho, da cultura e das relações comunitárias, reconhecendo o campo como espaço de produção de conhecimento, de vida e de futuro.

Nesse sentido, a Educação do Campo foi reafirmada como prática de emancipação e continuidade histórica. Educar no campo não significa se preparar para sair dele, mas criar condições para permanecer com dignidade, identidade e consciência crítica. Essa

perspectiva integra saberes tradicionais, cultura alimentar, mutirões, festas, espiritualidade e relação com a natureza aos processos educativos, fortalecendo comunidades e protegendo territórios.

A juventude rural atravessou o módulo como tema estruturante. As falas evidenciaram que, quando educação e cultura se distanciam da realidade rural, muitos jovens passam a enxergar o campo como lugar sem futuro. Em contrapartida, quando os saberes são reconhecidos e as práticas culturais valorizadas, emergem pertencimento, orgulho e desejo de permanência. O reconhecimento institucional e o acesso a direitos aparecem como condições essenciais para sustentar essas escolhas.

Outro aspecto destacado foi a compreensão de que experiências educativas e culturais produzem saúde, equilíbrio emocional e fortalecimento subjetivo. Artesanato, culinária, memória, convivência e partilha foram apresentados como práticas de cuidado com a vida, capazes de reorganizar afetos e fortalecer pessoas e comunidades diante das dificuldades. A criatividade aparece como potência educativa construída a partir do que existe no território, dos materiais disponíveis e da capacidade coletiva de imaginar e criar.

Ao articular memória, cultura alimentar, trabalho coletivo, espaços comunitários, leitura, arte, escola, juventude, reconhecimento e afetividade, o Módulo 4 construiu uma compreensão profunda da Educação do Campo como prática de vida sustentada pela coletividade. O encontro reafirmou que educação e cultura constituem caminhos fundamentais para a continuidade histórica, a proteção dos territórios e a construção de futuros possíveis nos territórios rurais brasileiros.



MÓDULO 5



Desenvolvimento sustentável nos Territórios Rurais

O Módulo 5 – Desenvolvimento Sustentável nos Territórios Rurais colocou no centro do debate a articulação entre cultura, natureza, economia, espiritualidade e justiça social, compreendendo sustentabilidade como permanência digna no território, autonomia comunitária, cuidado com a vida e proteção dos modos de existir construídos historicamente pelas comunidades rurais e tradicionais. O encontro contou com a presença de lideranças da Comunidade Kilombola Morada da Paz, entre elas Ìyalasè Yashodhan CoMPaz e Ogan Ayan N'goma CoMPaz, além de Gustavo Meyer, representante da Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Desde a abertura, a Comunidade Kilombola Morada da Paz foi apresentada como território vivo, no qual espiritualidade, cultura, educação comunitária, agroecologia, economia solidária, cuidado ancestral e defesa da vida se organizam de forma integrada. A trajetória histórica da comunidade, situada em área rural profundamente marcada pela colonização europeia e pelo racismo estrutural, foi tomada como chave para compreender suas escolhas coletivas e seus caminhos de resistência. Diante de um contexto de violência histórica, o fortalecimento da espiritualidade, da cultura, da organização comunitária e do trabalho coletivo consolidou-se como resposta política, estratégia de proteção e afirmação da vida.

A espiritualidade ocupou lugar estruturante ao longo de todo o encontro. As falas evidenciaram que nada se inicia no território sem a bênção, a evocação dos ancestrais, o cuidado com os rituais e o reconhecimento das forças que sustentam a vida coletiva. Acender uma vela, defumar o ambiente, saudar entidades ancestrais, Encantados e Orixás apareceu como prática cotidiana que orienta decisões, relações comunitárias e o cuidado com a mata, as águas, os animais e as pessoas. O território foi compreendido como corpo vivo e corpo sagrado, de modo que agressões ambientais são sentidas como feridas abertas na existência coletiva.

Na primeira parte da aula, emergiram com força as práticas de cuidado, cura e saúde ancestral presentes em diferentes biomas. Foram compartilhadas experiências relacionadas ao uso de plantas medicinais transmitidas por gerações, como copaíba, andiroba, jucá, angico, umburana, hortelã e babosa. Relatos sobre o período da pandemia evidenciaram a produção comunitária de xaropes, tinturas, infusões, macerados e banhos de cheiro, distribuídos coletivamente como forma de proteção da vida. Essas práticas articularam ancestralidade, ciência popular, agroecologia, economia solidária e cuidado comunitário, fortalecendo autonomia, geração de renda e autoestima das famílias.

Os relatos vindos da Caatinga aprofundaram essa compreensão ao apresentar o território como farmácia viva, acessível e culturalmente enraizada. Juazeiro, jurema, aroeira, catingueira, folhas, cascas e raízes compõem um sistema de cuidado construído a partir da observação atenta da natureza e da transmissão intergeracional de saberes. Benzimentos, rezas e práticas de cura foram apresentados como dimensões inseparáveis do cuidado integral, envolvendo corpo, espírito, território e comunidade, reafirmando que preservar a biodiversidade corresponde a preservar a própria vida.

A organização interna da comunidade foi apresentada como experiência concreta de governança territorial integrada. Espiritualidade, educação, cultura, cuidado com a natureza e gestão coletiva se entrelaçam no cotidiano do território, autodeclarado, reconhecida como quilombola. Conselhos comunitários, áreas de gestão compartilhada, caixa coletivo, agricultura comunitária, bioconstrução e redes de apoio foram construídos ao longo dos anos como formas próprias de organização política e econômica. A economia solidária aparece como prática cotidiana, na qual os recursos são compartilhados conforme as necessidades coletivas, fortalecendo a coesão comunitária.

A experiência da escola comunitária do território trouxe à roda reflexões profundas sobre educação construída no chão da comunidade. As crianças vivenciam um processo descrito como “desformação”, entendido como retirada das camadas de imposição colonial que abafam a essência. Educadores são chamados de “educamores”, e a pedagogia do encantamento coloca no centro a espiritualidade, os dons e a dignidade de cada criança. Essa experiência foi apresentada como resposta concreta às violências simbólicas e ao racismo vivenciados nas escolas formais da região, afirmando cuidado, autonomia e permanência no território como princípios pedagógicos.

A juventude atravessou o módulo como dimensão vital de continuidade. Jovens que cresceram enfrentando racismo, isolamento e precarização encontraram na cultura e na arte caminhos de expressão, fortalecimento e organização. Experiências coletivas de produção musical, poética e performática foram apresentadas como estratégias para enfrentar o racismo sem reproduzir violência, transformando dor histórica em po-

tência criativa. Essas iniciativas foram reconhecidas como fundamentais para a permanência juvenil no território, fortalecendo pertencimento, autoestima, consciência política e continuidade histórica.

Os conflitos territoriais e as violências ambientais que ameaçam o território quilombola ganharam visibilidade ao longo do encontro. Queimadas ilegais, associadas a empresas de monocultura de acácia e eucalipto, avançam sobre o território, colocando em risco a mata, a água, as tradições e a vida comunitária. A crítica à monocultura apareceu como denúncia de um modelo que destrói o solo e, ao mesmo tempo, tenta impor uma única forma de viver, pensar e organizar a existência. Resistir à monocultura da terra e da vida foi afirmado como enfrentamento direto ao colonialismo.

O debate avançou para a relação entre Estado e territórios tradicionais, problematizando práticas institucionais que chegam de forma impositiva e desconsideram espiritualidade, autonomia e formas próprias de governança. As falas alertaram para o risco da captura institucional, capaz de esvaziar sujeitos políticos e transformar experiências comunitárias em objetos de política pública. Nesse cenário, a participação social apareceu como exercício permanente de autonomia crítica, reciprocidade e defesa dos direitos conquistados.

Ao mesmo tempo, reconheceu-se a importância das políticas culturais e territoriais, especialmente da Política Nacional de Cultura Viva e do reconhecimento como Pontos de Cultura e Pontos de Memória. Esses instrumentos fortaleceram a comunidade, ampliaram redes e deram visibilidade institucional a práticas de cultura viva já existentes. A bioconstrução, os mutirões, a produção de remédios, o trabalho com juventudes e a pedagogia comunitária foram apresentados como experiências potencializadas por essas políticas.

Na parte final do módulo, consolidaram-se compreensões centrais sobre sustentabilidade nos territórios rurais. Cultura, espiritualidade, natureza, educação, memória, economia e política foram afirmadas como dimensões indissociáveis de um mesmo corpo-território. A defesa dos territórios apareceu como luta pela vida, enfrentando racismo, colonialismo, destruição ambiental e precarização. As comunidades quilombolas e rurais foram reconhecidas como territórios de potência, portadores de conhecimentos, formas de cuidado, estratégias de resistência e horizontes de futuro.

Com esse percurso, o Módulo 5 reafirmou que desenvolvimento sustentável, nos territórios rurais e tradicionais, não se reduz a indicadores econômicos ou projetos externos. Ele se constrói a partir da vida concreta, da espiritualidade, da cultura, da organização comunitária e da defesa do território como condição fundamental para a continuidade histórica e para a construção de futuros coletivos baseados em autonomia, diversidade, solidariedade e bem viver.

MÓDULO 6



Turismo de base comunitária

O Módulo 6 – Turismo de Base Comunitária aprofundou a relação entre cultura, território e economia a partir da perspectiva do bem viver e da permanência digna nos territórios rurais. O encontro contou com a participação de Damiana Campos, do Instituto Rosa e Sertão, e de Maria Aparecida de Alcântara e Ana Sueli de Lima Pinto, da Rede Tucum, que compartilharam experiências concretas de organização comunitária, gestão territorial e construção de alternativas econômicas baseadas na cultura, na identidade e na autonomia local. O módulo contou ainda com a presença de Gabriel Oliveira, representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, situando o debate no campo das políticas públicas voltadas aos povos e comunidades tradicionais e aos sistemas produtivos do campo.

Desde a abertura, as falas afirmaram que o turismo de base comunitária nasce da decisão coletiva dos territórios sobre como, quando e para quem se abrir. O turismo foi apresentado como prática construída a partir da organização local, do diálogo comunitário e da definição de princípios próprios, e não como atividade imposta de fora para dentro. Em uma das experiências compartilhadas, essa escolha se expressa em fundamentos simples e profundos: atividades realizadas por grupos e famílias organizadas; projetos comunitários e de base familiar; complementaridade entre turismo e economia tradicional; e a compreensão de que o visitante é recebido como visitante, e não como cliente.

Nessas experiências, pesca artesanal, agricultura familiar, artesanato, cultura alimentar e saberes tradicionais permanecem no centro da vida comunitária. O turismo aparece como camada que valoriza essas práticas, amplia sua visibilidade e contribui para sua sustentabilidade, sem deslocar o sentido da vida no território. Receber alguém significa sentar à mesa, partilhar o alimento, contar histórias, dividir o café, abrir a casa e convidar quem chega a entrar no tempo do território, respeitando seus ritmos, seus silêncios e suas formas próprias de organização.

Outra experiência apresentada situou o turismo comunitário como resposta a conflitos e pressões externas. O aumento desordenado do fluxo de visitantes, impulsionado por áreas protegidas, roteiros turísticos convencionais e referências externas, vinha produzindo desrespeito aos modos de vida locais, tensões internas e invisibilização das comunidades. A pergunta coletiva sobre qual turismo se desejava para o território tornou-se ponto de partida para a construção de uma rota que articula comunidades tradicionais, quilombos, terras indígenas, pontos de cultura e unidades de conservação, reorganizando o território a partir de suas identidades.

Nesse processo, mapas técnicos de áreas protegidas foram ressignificados como mapas de identidade cultural. Cada ponto passou a reunir casa, cozinha, vereda, memória, rio, festa, trabalho, espiritualidade e luta, transformando o turismo em ferramenta de afirmação territorial. O território deixou de ser apenas paisagem para se tornar narrativa viva, construída pela voz de quem o habita, fortalecendo o pertencimento e a autonomia comunitária.

A sustentabilidade dessas experiências foi apresentada como resultado direto da organização coletiva e das redes de vizinhança. Em um dos territórios, o conselho gestor apareceu como espaço estratégico de governança, reunindo comunidades tradicionais, associações locais, unidades de conservação, coletivos culturais e poder público local. Foi nesse espaço que se disputaram políticas, se defenderam direitos e se impediram ações como barramentos de rios e a devastação de veredas destinadas à monocultura, demonstrando que turismo comunitário, política ambiental e Cultura Viva podem caminhar de forma integrada.

Nesse contexto, travessias, roteiros e visitas foram compreendidos como espaços de formação política. Ao receber visitantes, as comunidades compartilham debates sobre agrotóxicos, conflitos fundiários, acesso à água, impactos de grandes empreendimentos e defesa dos bens comuns. O turismo comunitário deixa de ser atividade econômica isolada e passa a funcionar como instrumento pedagógico, político e cultural, ampliando a compreensão sobre os desafios enfrentados pelos territórios rurais.

A construção de limites e protocolos comunitários ocupou lugar central nas reflexões. As comunidades vêm definindo regras próprias para organizar a visita: quantas pessoas podem entrar, em quais períodos o território se abre, quais caminhos podem ser percorridos, o que pode ser fotografado, como respeitar rituais, tempos comunitários e espaços sagrados, além do papel dos condutores locais. Esses protocolos foram apresentados como instrumentos de proteção cultural, espiritual e política, assegurando que o território não seja reorganizado pelas demandas externas.

Ao mesmo tempo, o turismo comunitário foi reconhecido como alternativa concreta diante da precarização do trabalho no campo. Ao criar fontes de renda que não dependem de atividades insalubres, do carvão, de monoculturas ou de trabalhos temporários, amplia-se o repertório de possibilidades econômicas para famílias e comunidades. Esse aspecto aparece de forma especial na atuação de mulheres e juventudes, que assumem papéis centrais na condução de trilhas, na organização da alimentação, na comunicação, na produção audiovisual e na gestão dos roteiros.

Na segunda parte do encontro, o debate aproximou-se das políticas públicas federais voltadas aos povos e comunidades tradicionais e aos sistemas produtivos do campo. Foram apresentados marcos legais fundamentais, como o Decreto nº 6.040/2007, referente à Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, além de políticas relacionadas à agricultura familiar, à assistência técnica e extensão rural e à criação de estruturas institucionais voltadas a segmentos específicos. Esses instrumentos situam o turismo comunitário no horizonte do etnodeenvolvimento, entendido como construção de futuros a partir das formas próprias de existir, produzir e organizar a vida nos territórios.

As falas problematizam o avanço da monocultura e das grandes cadeias produtivas sobre territórios tradicionais, reforçando que o turismo comunitário só ganha sentido quando dialoga com a sociobiodiversidade, com a cultura alimentar, com os sistemas produtivos tradicionais e com o cuidado com os bens comuns. Nesse horizonte, o turismo articula-se à agricultura familiar, à economia solidária, à gestão comunitária da água, ao artesanato, à educação popular e à defesa territorial, ampliando a autonomia das comunidades.

Experiências de pesquisa comunitária, especialmente conduzidas por mulheres, foram apresentadas como exemplo dessa articulação. Guardiãs das águas, cuidadoras de nascentes e monitores ambientais unem conhecimento local, observação do território, pesquisa, autonomia econômica e incidência política, demonstrando que turismo, ciência comunitária e defesa ambiental podem caminhar juntas.

A presença das mulheres, das juventudes e das infâncias atravessou todo o módulo como força organizativa e garantia de continuidade. São elas e eles que acolhem visitantes, narram histórias, produzem materiais de comunicação, organizam conselhos, cozinham, pesquisam e assumem responsabilidades na gestão dos territórios. Experiências de escolas populares de turismo comunitário mostraram jovens ocupando posições de liderança e se tornando referências locais, fortalecendo auto estima, pertencimento e projeto de futuro.

Ao final do encontro, o turismo de base comunitária foi afirmado como parte de um movimento mais amplo de defesa da vida, do território e da justiça social e socioambiental. Ele surge como resultado de décadas de organização comunitária, fortalecimento de redes, construção de metodologias próprias e incidência política. Defender o turismo comunitário significa defender a diversidade cultural, a sociobiodiversidade, a cultura alimentar, a autonomia das comunidades e os modos coletivos de bem viver que sustentam o presente e o futuro dos territórios rurais brasileiros.



MÓDULO 7

Cultura Alimentar nas comunidades rurais



O Módulo 7 – Cultura Alimentar nas Comunidades Rurais retomou a comida como linguagem, memória, saber, cuidado e identidade nos territórios rurais, situando a alimentação como dimensão cultural estruturante da vida comunitária. O encontro contou com a participação de Dona Rosa, Mestra Josefa, do Chá da Terra, e Tainá Marajoara, do Instituto Iacitata, que compartilharam experiências profundamente enraizadas no cotidiano das comunidades, nos saberes culinários e nas práticas de cuidado transmitidas entre gerações. Participou também Moisés Savián, representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, aproximando o diálogo das políticas públicas, da soberania alimentar e das condições concretas de permanência digna no campo.

Desde a abertura, afirmou-se que cada receita carrega uma narrativa, cada técnica guarda uma herança, cada ingrediente traz uma história e cada cozinha se constitui como território pedagógico, afetivo e político. A alimentação foi apresentada como linguagem viva, capaz de comunicar pertencimento, memória e identidade, organizando relações sociais e formas coletivas de existência nos territórios rurais.

Ao longo do encontro, o território foi compreendido como dimensão existencial que ultrapassa limites geográficos e administrativos. Território aparece como corpo vivo que protege, ensina, cura, orienta e sustenta a vida coletiva, afirmando-se como casa espiritual, lugar de memória, campo de formação humana e referência ética e afetiva. Essa compreensão dialoga com o reconhecimento jurídico dos povos e comunidades tradicionais e com o direito à autodeterminação e à permanência nos territórios. A partir dessa leitura, conflitos fundiários, agressões ambientais e disputas sobre a terra foram compreendidos como ameaças diretas à continuidade da vida, à espiritualidade, às narrativas coletivas e aos vínculos comunitários que estruturam a existência no campo.

Nesse contexto, as falas reunidas trouxeram à tona as violências históricas que atravessam os territórios rurais, sem recorrer à vitimização. Racismo estrutural, ataques coloniais, pressões econômicas, avanço de empreendimentos predatórios e tentativas de mercantilização da terra foram nomeados com clareza e responsabilidade política. Também ganharam destaque as violências simbólicas, como o silenciamento, a invisibilização dos modos de vida, a negação das cosmovisões tradicionais e a imposição de modelos externos que desconsideram espiritualidade, tempos próprios e formas comunitárias de organização. Essas denúncias foram apresentadas a partir da dignidade, da consciência crítica e da afirmação da capacidade política dos territórios para disputar direitos, narrativas e reconhecimento institucional.

A cultura alimentar foi apresentada como tecnologia política de organização da vida, e não apenas como expressão simbólica ou atividade econômica. Ao articular plantio, cuidado, preparo, partilha e celebração, ela organiza simultaneamente economia, saúde, espiritualidade e ação coletiva. Cozinhar, plantar e cuidar aparecem como práticas de autonomia e linguagem política, sustentando relações sociais, produzindo pertencimento e projetando futuros possíveis. Nesse sentido, a comida estrutura o cotidiano e, ao mesmo tempo, organiza projetos coletivos de permanência no território.

A espiritualidade ocupou lugar estruturante ao longo de todo o módulo, aparecendo como fundamento da existência e da organização coletiva. Ela orienta formas de viver, cuidar, decidir, lutar, criar e sonhar, fortalecendo vínculos comunitários, sustentando emocionalmente as pessoas e organizando a ética coletiva que confere sentido político à defesa do território. Reafirmou-se que políticas públicas voltadas ao campo ganham consistência quando reconhecem espiritualidade, memória e cultura como dimensões estruturantes da vida rural. Nesse horizonte, cultura alimentar e espiritualidade caminham juntas, pois o alimento envolve ancestralidade, cuidado e relação ética com a natureza.

No campo da saúde, o debate aprofundou a relação entre cura e saberes tradicionais, trazendo experiências ligadas ao uso de plantas medicinais, às práticas comunitárias de cuidado e aos conhecimentos transmitidos entre gerações. A saúde foi compreendida como campo ampliado, articulando corpo, espírito, natureza, afeto, memória e vida coletiva, em diálogo direto com a soberania e a segurança alimentar e nutricional. As práticas tradicionais foram reconhecidas como tecnologias sociais de cuidado, construídas a partir da observação atenta do território e da experiência acumulada ao longo do tempo.

Um dos relatos compartilhados destacou a força da experiência pessoal como fonte de elaboração coletiva. Foi narrado um processo de adoecimento, o uso pro-

longado de medicamentos da medicina convencional, os efeitos colaterais severos, a ruptura com esse caminho e a busca por alternativas oferecidas pelos saberes tradicionais. O uso continuado do óleo de semente de abóbora, acompanhado ao longo de anos, foi apresentado com resultados concretos e transformadores na saúde e na qualidade de vida. O testemunho foi acolhido como demonstração de como o vivido se transforma em aprendizado comunitário, legitimando práticas ancestrais e fortalecendo a confiança em saberes longamente testados no território.

A partir dessas experiências, construiu-se uma crítica consistente ao modelo farmacêutico-industrial e às práticas sanitárias excludentes, ancorada na vivência, na observação e na reflexão coletiva. Essa crítica não se apresentou como negação do conhecimento científico, mas como questionamento da mercantilização da saúde e da deslegitimação sistemática dos saberes tradicionais. Reafirmou-se que esses saberes constituem tecnologias sociais de cuidado, mantidas pela continuidade das práticas comunitárias e pelo compromisso coletivo com a vida.

Outro eixo profundamente marcante do módulo foi o reconhecimento do papel das mulheres, especialmente durante a pandemia da COVID-19. Em muitos territórios rurais, foram elas que organizaram o cuidado coletivo, produziram remédios caseiros, xaropes, chás e práticas comunitárias de proteção, garantindo atenção e acolhimento diante das limitações de acesso aos serviços formais. Essa atuação foi reconhecida como expressão de saberes acumulados historicamente. As mulheres aparecem como gestoras da vida, produtoras de cuidado, conhecimento e organização comunitária, reafirmando sua centralidade política na sustentação da existência nos territórios.

Dessas reflexões, emergiu a compreensão de que o cuidado ultrapassa o âmbito privado e se consolida como prática política. Organizar plantas, preparar remédios, partilhar saberes e fortalecer a saúde coletiva constituem formas concretas de enfrentar desigualdades, resistir às violências históricas e afirmar o direito à vida. O módulo evidenciou a existência de um projeto político nas formas comunitárias de viver, curar, proteger, cozinhar, plantar e sustentar a existência, articulando cultura alimentar, soberania alimentar e direitos territoriais como dimensões inseparáveis da permanência digna no campo.

A cura foi compreendida como recomposição da vida, envolvendo o enfrentamento da dor histórica, das feridas coloniais, do racismo e das perdas acumuladas ao longo do tempo. Ao mesmo tempo, reafirmou-se que comunidade cura, ancestralidade cura e território cura, situando a cura como reencontro com a dignidade, fortalecimento interno, reconstrução da autoestima e capacidade de seguir adian-

te. A luta aparece como expressão do amor à vida, conferindo potência política a esse entendimento.

A juventude foi reconhecida como elemento estruturante e sujeito da continuidade histórica nos territórios rurais. A permanência juvenil no campo foi tratada como questão cultural, espiritual, afetiva e política, diretamente vinculada ao reconhecimento do território e à existência de condições concretas para viver com sentido e dignidade. Quando políticas públicas, educação e cultura se distanciam da realidade rural, surgem rupturas e deslocamentos forçados. Em contrapartida, onde o território é reconhecido e fortalecido, jovens encontram pertencimento, orgulho e perspectiva de futuro, enquanto a centralidade das mulheres reaparece como sustentação espiritual, cultural, econômica e organizativa da vida comunitária.

A memória e a ancestralidade atravessaram todo o encontro como presença viva que orienta, aconselha e dá direção, compreendendo o tempo como dimensão circular que entrelaça passado, presente e futuro. Emoção, canto, choro, riso e afeto surgiram como forças políticas capazes de sustentar a resistência e construir caminhos coletivos. Nesse horizonte, a cultura alimentar foi reafirmada como prática que envolve pertencimento, vínculo e continuidade histórica.

Na segunda parte do módulo, o diálogo voltou-se de forma mais direta às políticas públicas e à estrutura do Estado, reconhecendo que os debates sobre campo, saúde, educação, cultura e território envolvem financiamento, governança, instrumentos legais, capacidades institucionais e tempo político. Foram explicitadas políticas centrais para a vida rural, como o crédito rural, os programas de compras públicas de alimentos, a garantia de preços da sociobiodiversidade e os instrumentos de apoio à agricultura familiar.

Embora o crédito rural tenha sido reconhecido como uma das políticas que mais chegam aos territórios, evidenciaram-se desigualdades históricas de acesso, atravessadas por racismo estrutural, desigualdades de gênero e exclusões territoriais. Mulheres, povos tradicionais, quilombolas e agricultores familiares enfrentam barreiras adicionais, o que impacta diretamente a produção de alimentos, a cultura alimentar e a permanência digna no campo. Nesse cenário, o crédito foi compreendido como condição política para a produção da vida comunitária.

Nesse contexto, ganhou centralidade o “Desenrola Rural”, política federal de renegociação de dívidas da agricultura familiar, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. A iniciativa foi apresentada como estratégia de reintegração produtiva de milhares de famílias excluídas do crédito, oferecendo descontos expressivos e retomada do acesso a políticas estruturantes. O “Desenrola Rural” aparece como

instrumento de dignidade, permanência no campo e continuidade da vida rural.

O debate sobre acesso à terra aprofundou-se ao tratar da reforma agrária e do crédito fundiário como políticas estruturantes de acesso ao território, diretamente ligadas à memória, à identidade, à espiritualidade e à continuidade dos modos de vida rurais. Reconheceram-se os impactos profundos do desmonte recente dessas estruturas e afirmou-se a existência de um processo de reconstrução em curso.

Nesse horizonte, reforçou-se a importância dos espaços institucionais de participação social como campo estratégico de incidência política para os territórios rurais. Destacou-se o papel do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) como instância fundamental de articulação entre Estado e sociedade civil, especialmente no que se refere à soberania alimentar, à cultura alimentar e à defesa dos territórios rurais. O CONDRAF foi apresentado como espaço no qual saberes construídos nos territórios podem influenciar a formulação, o acompanhamento e o controle das políticas públicas, afirmando a participação social como direito e como prática política permanente.

As falas governamentais expressaram um sentimento de urgência diante da profundidade das demandas históricas e do sofrimento acumulado pelas populações rurais e tradicionais. A tensão entre o tempo da vida e o tempo institucional foi reconhecida como desafio estrutural da reconstrução das políticas públicas, exigindo compromisso ético, escuta qualificada e continuidade das ações. Nesse cenário, reforçou-se o papel das redes e das comunidades como sujeitos estratégicos na formulação, no acompanhamento e na defesa das políticas públicas.

Ao final, o módulo reafirmou que a caminhada construída ao longo do curso ultrapassa a dimensão técnica e assume natureza profundamente humana, espiritual, política e comunitária. Território, cultura, saúde, juventude, mulheres, memória e políticas públicas aparecem como dimensões interligadas de um mesmo processo de defesa da vida. O encontro encerrou-se com a convicção da continuidade da luta, sustentada pela força da ancestralidade, pelo pertencimento coletivo, pela coragem política e pela certeza de que proteger os territórios rurais corresponde a proteger o futuro.



MÓDULO 8



Patrimônio, Memória e Museologia Social

O Módulo 8 – Patrimônio, Memória e Museologia Social teve como eixo central a compreensão do patrimônio cultural como dimensão viva da existência, profundamente vinculada ao território, à memória coletiva, à espiritualidade, às práticas ancestrais e às condições concretas de permanência das comunidades rurais. O encontro contou com a participação de Rosane Luchtenberg, fundadora do Instituto Boimamão e referência na preservação do patrimônio cultural em Bombinhas (SC); Tadzia Maia, jornalista, pedagoga e mestra em Desenvolvimento Sustentável, com atuação na gestão de projetos culturais e na educação patrimonial no território do Ipuca; Ivoneide de Jesus (Neide), militante do MST e coordenadora do setor de cultura do movimento na Bahia; Patrícia Amantino Estivallet, arte-educadora, ceramista, bonequeira e pesquisadora da cultura popular; e Átila Tolentino, do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), trazendo para o diálogo os marcos institucionais da museologia social e das políticas públicas de memória.

Desde a abertura, o encontro se constituiu em uma atmosfera profundamente afetiva, marcada por escuta sensível, reconhecimento mútuo e evocação da ancestralidade. As falas iniciais colocaram no centro as mulheres, seus corpos, vozes e trajetórias como guardiãs da memória, da cultura e da continuidade da vida comunitária. Avós, mães, mestras e lideranças femininas foram reconhecidas como aquelas que sustentam práticas culturais, transmitem saberes, organizam comunidades e mantêm viva a memória coletiva, especialmente em contextos de crise, como evidenciado durante a pandemia.

A noção de patrimônio foi apresentada como inseparável da terra e do território. A afirmação de que sem terra não há patrimônio atravessou todo o módulo, organizando a compreensão de que memória, cultura, espiritualidade e identidade dependem das condições concretas de permanência no território. O patrimônio não apareceu

como objeto isolado ou bem congelado no tempo, mas como experiência viva que se constrói no cotidiano, nas relações comunitárias, nos afetos, nos modos de fazer e nas lutas pela continuidade da vida rural.

As falas evidenciaram que patrimônio cultural corresponde àquilo que as comunidades não querem perder: práticas, saberes, festas, paisagens, rios, árvores, cozinhas, casas, ofícios, narrativas, cantos, objetos e modos de organizar a vida. Essa compreensão desloca o patrimônio de uma lógica técnica e institucionalizada para uma perspectiva enraizada nos afetos, na memória vivida e no pertencimento. O que se preserva nasce da experiência comunitária e das escolhas coletivas sobre o que sustenta identidade e continuidade histórica.

Nesse sentido, o módulo aprofundou a relação entre patrimônio, memória e luta por direitos. Preservar a memória foi compreendido como gesto político, capaz de fortalecer vínculos, afirmar identidades e proteger territórios diante de ameaças externas. As falas demonstraram que inventariar, mapear, registrar e narrar não são apenas práticas técnicas, mas ações de afirmação territorial e disputa de sentidos, especialmente em contextos de conflitos fundiários, pressões econômicas e invisibilização institucional.

A museologia social apareceu como campo construído a partir dos territórios e das necessidades concretas das comunidades. Museus comunitários, pontos de memória, ecomuseus e casas de cultura foram apresentados como espaços vivos de educação, organização comunitária e fortalecimento identitário. Esses espaços não se limitam à guarda de acervos, mas funcionam como territórios de encontro, escuta, produção de conhecimento e transmissão de saberes entre gerações. O museu foi afirmado como território-escola, território-memória e território-política.

As experiências do Instituto Boimamão, do Engenho do Sertão e do Museu Comunitário de Bombinhas (SC) foram apresentadas como exemplos de processos de patrimonialização construídos a partir da comunidade, articulando educação patrimonial, cultura popular, memória e organização territorial. Essas experiências evidenciam como o patrimônio pode se tornar política pública sem perder seu enraizamento comunitário, desde que respeitada a autonomia dos territórios e seus modos próprios de decidir, narrar e cuidar da memória.

A experiência do Ipuca, em Silva Jardim (RJ), foi apresentada como referência de ecomuseu e território de memória construído a partir da relação entre cultura, natureza e comunidade. A articulação entre patrimônio natural e cultural mostrou que paisagens, rios, trilhas, práticas agrícolas e histórias locais constituem um mesmo campo de memória viva, no qual cuidar da natureza corresponde a cuidar da cultura e da continuidade da vida comunitária.

O módulo aprofundou a discussão sobre inventários participativos e cartografia social como instrumentos políticos fundamentais. Esses processos foram apresentados como práticas coletivas de escuta, reconhecimento e afirmação de referências culturais definidas pelas próprias comunidades. Inventariar não apareceu como simples listagem de bens, mas como processo formativo que fortalece a consciência coletiva, organiza narrativas próprias e cria instrumentos de defesa territorial diante de ameaças externas.

A juventude foi reconhecida como protagonista nesses processos, atuando em registros audiovisuais, mapeamentos, entrevistas com os mais velhos e produção de materiais de memória. O inventário foi apresentado como experiência educativa que conecta gerações, fortalece vínculos e produz sentido de pertencimento, ao mesmo tempo em que prepara jovens para atuar na defesa de seus territórios e de suas referências culturais.

As falas também evidenciaram que o patrimônio é campo de disputa. Decidir o que é lembrado, registrado e valorizado envolve conflitos, negociações e escolhas políticas. O módulo destacou que inventários participativos não eliminam tensões, mas as tornam visíveis, permitindo que comunidades debatam coletivamente suas memórias, enfrentam apagamentos históricos e construam narrativas próprias frente às versões oficiais da história.

No diálogo com as políticas públicas, a certificação de Pontos de Memória foi apresentada como instrumento estratégico de reconhecimento institucional e proteção das iniciativas comunitárias de memória. Diferentemente de editais competitivos, a certificação foi afirmada como política de reconhecimento, capaz de fortalecer processos existentes sem impor modelos externos ou comprometer a autonomia dos territórios. Ao mesmo tempo, destacou-se a necessidade de continuidade das políticas, simplificação de instrumentos e financiamento adequado para ações de memória e museologia social.

O módulo também evidenciou as dificuldades históricas de financiamento para inventários comunitários, museus populares e ações de memória, especialmente nos territórios rurais. Essas dificuldades foram situadas como desafio estrutural, atravessado por desigualdades de acesso relacionadas à raça, gênero e território. Diante desse cenário, as redes comunitárias e a articulação coletiva surgiram como estratégias fundamentais para sustentar processos de memória e garantir sua continuidade.

A educação patrimonial ocupou lugar central nas reflexões, especialmente no diálogo com escolas do campo. Reconhecer saberes tradicionais, culturas populares e práticas comunitárias como conhecimento legítimo amplia o sentido da educação e fortalece vínculos entre escola, território e comunidade. O módulo reafirmou que patrimônio, quando integrado aos processos educativos, contribui para a formação crítica, para o

fortalecimento da identidade e para a permanência das novas gerações no território.

Ao longo do encontro, consolidou-se a compreensão de que patrimônio cultural não pertence ao passado. Ele se constrói no presente e projeta futuros possíveis. Memória, cultura, agroecologia, organização comunitária e luta social aparecem como dimensões inseparáveis desse processo, reafirmando o patrimônio como instrumento concreto de resistência, política pública e defesa da vida nos territórios rurais.

Por fim, o Módulo 8 reafirmou que falar de patrimônio, memória e museologia social implica falar de poder, pertencimento, autonomia e futuro. O encontro encerrou-se com a convicção de que proteger a memória corresponde a proteger os territórios, as formas de vida e os direitos das comunidades rurais, quilombolas, tradicionais e periféricas, mantendo viva a teia que conecta passado, presente e futuro.



MÓDULO 9



Cultura Viva nos Territórios Rurais

O Módulo 9 – Cultura Viva nos Territórios Rurais situou a roda de conversa como espaço de memória viva, elaboração coletiva e reflexão política sobre a realidade dos territórios rurais, das comunidades tradicionais e das redes culturais construídas ao longo de anos de organização social. Participaram desse diálogo Marjorie Botelho, representando o Pontão de Cultura Territórios Rurais e Cultura Alimentar; Fabíola Melca, do Armazém Multiverso; e Leandro Anton, da Coordenação da Política Nacional de Cultura Viva do Ministério da Cultura. Desde a abertura, o encontro reconheceu o percurso vivido ao longo do curso como parte de um processo histórico mais amplo, tecido com paciência, insistência, coragem e capacidade coletiva de sustentar a mobilização popular mesmo em contextos adversos.

A atmosfera construída desde os primeiros momentos combinou afeto, pertencimento, espiritualidade e consciência política. A roda afirmou-se como espaço de partilha e presença, no qual corpo, memória e política caminham de forma integrada. O encontro foi vivido como espaço de vida, afastado de uma lógica técnica ou burocrática, valorizando trajetórias comunitárias, vínculos construídos ao longo da formação e iniciativas culturais que permaneceram ativas nos territórios rurais mesmo durante períodos de desmonte institucional, fragilização de direitos e invisibilização política.

As reflexões iniciais aprofundaram a compreensão de que cultura, memória, educação, política pública e organização comunitária se entrelaçam na vida cotidiana dos territórios rurais. Existir no campo envolve produzir alimento, defender a terra, garantir água, cuidar dos vínculos comunitários, preservar práticas culturais, transmitir saberes e fortalecer a autoestima coletiva como forma de afirmar dignidade. Essa leitura atravessou todo o módulo, reafirmando que a formação dialoga diretamente com a vida concreta das comunidades e com as lutas reais travadas em seus territórios.

Parte significativa do encontro foi dedicada ao reconhecimento do percurso que sustenta o curso e da caminhada coletiva que tornou possível sua realização. As falas retomaram que o processo formativo nasce da articulação entre redes culturais, políticas públicas e parcerias institucionais, apoiando-se fundamentalmente no trabalho cotidiano de coletivos comunitários que mantêm iniciativas culturais, educativas e territoriais há décadas. Esse balanço evidenciou aprendizagens profundas, ampliação da consciência política, fortalecimento dos vínculos e a construção de um campo comum de entendimento sobre cultura nos territórios rurais.

Nesse balanço coletivo, emergiram conquistas importantes, como o fortalecimento da rede nacional, a ampliação do diálogo entre territórios, a consolidação de referências sobre cultura no campo e a qualificação da participação social nas políticas públicas. Ao mesmo tempo, tornou-se evidente a necessidade de transformar esse acúmulo político e formativo em maior capacidade de mobilização, incidência institucional e presença organizada nos diferentes níveis do Estado, assegurando sustentabilidade às ações culturais desenvolvidas nos territórios.

A segunda parte do módulo aprofundou a compreensão histórica e jurídica da Política Nacional de Cultura Viva. O percurso da política foi situado desde seu início, em 2004, até sua consolidação legal em 2014, com a promulgação da Lei nº 13.018. As reflexões recuperaram os impactos das interrupções institucionais, dos cortes orçamentários e do desmonte das políticas culturais a partir de 2016, culminando na extinção do Ministério da Cultura em 2019. A retomada recente foi apresentada como processo de reconstrução institucional, reafirmando instrumentos como a certificação, o Termo de Compromisso Cultural, as bolsas para mestres e a gestão compartilhada como conquistas históricas da Cultura Viva.

A presença da pauta rural no âmbito da Política Nacional de Cultura Viva foi reconhecida como resultado de décadas de incidência política de redes, movimentos sociais e organizações comunitárias. Esse acúmulo deslocou a política cultural de uma visão centrada nas linguagens artísticas urbanas para uma compreensão ampliada de território, comunidade e modos de vida. A criação de espaços específicos de diálogo sobre territórios rurais e a incorporação explícita da ruralidade na política apareceram como marcos dessa construção coletiva, fruto de mobilização persistente e elaboração política continuada.

Outro eixo central do debate reforçou que políticas culturais e políticas voltadas ao campo precisam dialogar diretamente com as realidades rurais. A lógica urbana historicamente dominante produziu invisibilidades, dificuldades de acesso e barreiras concretas ao exercício dos direitos culturais no campo. A Política Cultura Viva foi reafirmada como referência estratégica nesse enfrentamento, acompanhada da necessidade de

continuidade, financiamento adequado, simplificação de procedimentos e fortalecimento institucional para alcançar efetivamente as comunidades rurais.

O módulo apresentou dados sobre a ampliação recente da política, indicando crescimento do Cadastro Nacional Cultura Viva e maior presença nos territórios. Ao mesmo tempo, esses dados revelaram desigualdades regionais persistentes, reforçando a importância de políticas específicas para áreas rurais, comunidades tradicionais e territórios historicamente marginalizados, bem como a necessidade de acompanhamento permanente e escuta qualificada das realidades locais.

A Política Nacional Aldir Blanc foi abordada em seus aspectos estruturantes, com destaque para dispositivos que asseguram destinação mínima de recursos à Cultura Viva e percentuais específicos para territórios rurais, tradicionais e periféricos. As reflexões alertaram para o risco de utilização da PNAB como substituição do orçamento regular da cultura, o que compromete seu caráter estruturante e fragiliza a construção de políticas permanentes de base comunitária.

No contexto de reconstrução institucional, destacou-se a importância da participação ativa das redes culturais nos conselhos, fóruns, comissões e instâncias de governança. Esses espaços foram apresentados como estratégicos para garantir que as especificidades dos territórios rurais sejam consideradas na formulação e implementação das políticas públicas. A ocupação qualificada desses espaços exige preparo político, clareza estratégica e autonomia organizativa das comunidades e redes culturais.

O encerramento do módulo retomou a dimensão simbólica da roda como espaço de encontro, escuta e fortalecimento coletivo. Defender a cultura rural foi reafirmado como defender a vida em sua inteireza, envolvendo território, memória, dignidade, justiça social e futuro. O encontro concluiu-se com sentimento de continuidade, reconhecimento da caminhada coletiva e compromisso renovado com a defesa dos territórios rurais e das políticas culturais que sustentam sua existência, sua memória e seus horizontes de permanência.



MÓDULO 10

Síntese, continuidade e compromisso coletivo



O décimo momento formativo do curso foi vivido como espaço de acolhimento profundo, emoção compartilhada e reconhecimento coletivo de que o encontro ultrapassa a ideia de encerramento de uma etapa. Desde as primeiras falas, tornou-se evidente que aquele momento representava um marco dentro de um processo histórico mais amplo, construído ao longo de muitos anos por meio de luta persistente, vínculos afetivos, espiritualidade viva e compromisso contínuo com os territórios rurais, as comunidades tradicionais e a Cultura Viva. A atmosfera do encontro evocou retorno, reencontro e pertencimento, reunindo pessoas que compartilham trajetórias, causas, desafios e convicções profundas, fortalecendo o sentido de caminhada coletiva que sustenta a rede.

O reconhecimento coletivo que marcou a abertura deixou claro que nada teve início naquele momento específico. O curso foi compreendido como parte de uma caminhada que atravessa encontros presenciais, articulações nacionais, mobilizações políticas e experiências concretas vividas nos territórios. O encontro final assumiu a forma de continuidade de uma roda que gira há muito tempo e que segue em movimento, sem se encerrar. Essa percepção conferiu densidade política ao momento, fortaleceu o sentido de missão compartilhada e ampliou a responsabilidade coletiva de seguir caminhando juntas e juntos, sustentando processos de organização e incidência no tempo.

Desde as primeiras reflexões, ganhou força a compreensão da rede como corpo vivo. A rede foi reafirmada como construção feita de pessoas, trajetórias, espiritualidades, territórios, sonhos e responsabilidades compartilhadas, constituindo-se como espaço de resistência, produção de vida e sustentação política. Ao mesmo tempo, revelou-se como família ampliada, capaz de acolher, cuidar e sustentar quem atua em contextos adversos, marcados por precarização, isolamento e desmonte de direitos. Essa leitura atravessou todo o encontro e organizou grande parte das falas, reafirmando que a caminhada nos territórios se sustenta na coletividade.

A memória da caminhada consolidou-se como eixo estruturante do módulo. O encontro recuperou o início do curso, os primeiros encontros, as expectativas e inseguranças, o cuidado presente em cada construção metodológica, os territórios que se fizeram presentes e as histórias compartilhadas ao longo do processo formativo. Essa retomada ultrapassou o caráter narrativo e assumiu função política, permitindo ao grupo reconhecer avanços, amadurecimento coletivo e aprofundamento da compreensão sobre cultura rural, políticas públicas, espiritualidade, território, juventude, mulheres, memória e luta social.

O percurso formativo foi lido como uma grande costura coletiva. Cada módulo apareceu como parte de um processo orgânico, coerente e profundamente conectado com a realidade dos territórios rurais. As falas retomaram os diálogos construídos ao longo da formação com a Política Cultura Viva, as culturas populares, a educação do campo, o desenvolvimento sustentável, o turismo de base comunitária, as culturas alimentares, o patrimônio cultural material e imaterial e a cultura viva nos territórios rurais como eixo estruturante de luta e permanência. O curso afirmou-se, assim, como processo integrado, atravessado por continuidade temática, política e metodológica.

Ao longo do encontro, reafirmou-se que a experiência formativa ultrapassou dimensões acadêmicas ou técnicas. O processo foi reconhecido como experiência de vida, espaço espiritual, encontro político, prática pedagógica e campo de cuidado coletivo. Muitas falas expressaram emoções profundas, transformações pessoais, fortalecimento interno, redescoberta de identidades e renovação de esperanças. O percurso permitiu que participantes revissem seus territórios com mais profundidade, reafirmaram pertencimentos, valorizassem mestres e mestras e reconhecessem saberes tradicionais como fundamentos da vida comunitária.

O alcance do curso também foi reconhecido de forma concreta. O encontro registrou número expressivo de inscrições, forte presença de pessoas que atuam diretamente no campo cultural e predominância de participantes que vivem e constroem ações em territórios rurais. Esse dado reafirmou a existência de demanda real por formação, a potência organizada existente nos territórios e a necessidade de continuidade de políticas públicas voltadas à cultura rural, desenhadas a partir da escuta qualificada e da realidade concreta do campo.

Um dos aspectos mais destacados ao longo do módulo foi a ruptura da solidão política e emocional que frequentemente acompanha quem atua em comunidades rurais, quilombolas e tradicionais. Compartilhar histórias semelhantes, reconhecer dores e vitórias comuns e perceber a existência de uma rede ampla caminhando na mesma direção produziu força, cuidado e energia para seguir. Esse sentimento de pertencimento

coletivo consolidou-se como uma das conquistas mais profundas do processo formativo, fortalecendo vínculos e ampliando a capacidade de resistência.

O território reapareceu como fundamento da vida, da política e da cultura. Foi compreendido como dimensão existencial, corpo vivo, memória, espiritualidade, história, futuro, escola e casa. A defesa territorial afirmou-se como defesa da vida, ultrapassando disputas jurídicas ou administrativas. As falas reforçam que a cultura rural se sustenta a partir da terra, da água, da floresta e de condições concretas de permanência, fortalecendo a articulação entre cultura, reforma agrária, agricultura familiar, sociobiodiversidade, educação do campo, saúde e participação social.

O módulo reafirmou que a cultura ocupa lugar central na sustentação da vida nos territórios. Ela organiza afetos, fortalece identidades, sustenta autoestima coletiva, produz pedagogia, articula economia solidária, protege memórias e alimenta a espiritualidade comunitária. O encontro reafirmou a importância de reconhecer a cultura como política de Estado, com continuidade, orçamento público, participação social e estrutura institucional consistente, capaz de sustentar processos de longo prazo.

O protagonismo das mulheres atravessou novamente o módulo como eixo estruturante. Reconheceu-se que são elas que guardam a memória, conduzem processos espirituais, organizam comunidades, articulam redes, cuidam, resistem, protegem territórios e constroem pontes entre tradição e futuro. Esse reconhecimento veio acompanhado da afirmação da necessidade de políticas públicas que incorporem essa centralidade de forma concreta e estruturante, enfrentando desigualdades históricas de gênero.

A presença da juventude atravessou o curso como sinal de continuidade histórica e de futuro em construção. Ao longo dos encontros, jovens compartilharam inquietações, experiências e escolhas que revelam o desejo de permanecer no campo sem abrir mão de dignidade, participação política e projeto de vida. O curso se tornou, para muitas e muitos, um espaço de fortalecimento desses vínculos com o território, ampliando a leitura crítica da realidade e reafirmando a permanência no campo como decisão política coletiva, fundamental para que as comunidades sigam vivas, organizadas e capazes de projetar seus próprios caminhos.

A memória consolidou-se como campo de luta e horizonte de futuro. O módulo reafirmou a importância de registrar experiências, sistematizar práticas, fortalecer museus comunitários, pontos de memória e arquivos populares. Escrever, guardar, contar e transmitir foram afirmados como atos políticos, capazes de enfrentar apagamentos históricos e garantir referências vivas para as próximas gerações.

No diálogo com o Estado, reconheceu-se o momento de reconstrução institucional vivido no país. Houve reconhecimento dos esforços para retomar políticas desmonta-

das, organizar sistemas e recolocar a cultura, o campo e os territórios tradicionais como prioridades. Ao mesmo tempo, permaneceu clara a percepção de que o tempo político se apresenta curto diante das demandas acumuladas, convocando responsabilidade compartilhada, incidência contínua e participação ativa das comunidades e redes.

O módulo reafirmou que a experiência formativa segue além das certificações individuais. Embora o certificado represente um reconhecimento importante, o encontro deixou claro que ele integra uma caminhada contínua, que se desdobra na vida cotidiana, nas redes, nas lutas e nas políticas públicas, fortalecendo processos coletivos de longo prazo.

Foram apontados caminhos de continuidade política e organizativa, como campanhas permanentes voltadas às especificidades do campo, protocolos culturais para situações de emergência, encontros periódicos, fóruns de incidência, canais de comunicação e espaços de articulação coletiva. A cultura rural aparece como frente humanitária em contextos de crise, ampliando sua legitimidade política, social e institucional.

O módulo valorizou profundamente a metodologia do curso, destacando a escuta sensível, as rodas de conversa, a presença da arte, da música, da poesia, da espiritualidade e da memória. Essa forma de condução criou ambiente de confiança, verdade e acolhimento, reconhecida como aprendizado coletivo para outras formações e políticas futuras.

Por fim, o décimo módulo consolidou a compreensão de que o processo vivido segue pulsando nos territórios, nas redes, nas políticas, nas escolas, nas cozinhas comunitárias, nas rezas, nas celebrações, nas assembleias e nas resistências cotidianas. O encontro encerrou-se com compromisso renovado, senso de continuidade e a certeza compartilhada de que a rede permanece viva, pulsante e comprometida com a defesa da vida em sua inteireza nos territórios rurais e tradicionais.



Conclusão

As experiências reunidas ao longo deste percurso formativo mostram que falar de cultura nos territórios rurais implica lidar, de forma integrada, com memória, território, educação, saúde, espiritualidade, economia solidária, justiça social, soberania alimentar, meio ambiente, infâncias, juventudes e mulheres. Esses campos não aparecem fragmentados na vida das comunidades rurais, mas constituem um mesmo tecido vivo, sustentado por relações históricas, afetivas, espirituais e políticas que atravessam gerações e organizam a existência no campo.

O percurso evidenciou que os territórios rurais são espaços de produção de conhecimento, criação estética, organização comunitária e elaboração política. Distantes de leituras que os tratam como espaços carentes ou periféricos, esses territórios expressam projetos de vida e de sociedade baseados em pertencimento, cuidado, solidariedade e continuidade. A cultura rural emerge, assim, como dimensão central da dignidade do campo e da construção de futuros possíveis para o país.

Ao longo dos módulos, tornou-se visível que políticas públicas para a cultura ganham caráter democrático quando reconhecem os territórios rurais como sujeitos políticos. A Política Nacional de Cultura Viva e seus instrumentos aparecem como caminhos de reconhecimento, proteção e fortalecimento de práticas culturais comunitárias que antecedem o Estado e permanecem vivas apesar das adversidades, ampliando o acesso a direitos e a condições de permanência no território.

A formação também evidenciou a centralidade da relação entre cultura e educação do campo. Ao problematizar modelos escolares desvinculados da vida comunitária, o curso trouxe à tona os impactos do fechamento de escolas do campo e os efeitos profundos dessa política sobre os vínculos territoriais, a memória coletiva e as trajetórias juvenis, apontando a urgência de articulações entre cultura, educação e território.

O turismo de base comunitária, os saberes tradicionais de cuidado e saúde, as culturas alimentares e as práticas de memória apareceram como expressões concretas de autonomia, resistência e produção de vida. Essas experiências mostram que a permanência digna no campo se constrói a partir da valorização dos modos de vida locais, do fortalecimento da organização comunitária e da defesa dos territórios como condição de futuro.

Este guia se apresenta, portanto, como parte de uma travessia coletiva em curso. Ele registra experiências, vozes e compromissos que seguem vivos e em movimento, sem pretender encerrar processos.

Que este material circule, inspire e fortaleça redes, alimentando formações, lutas e políticas públicas comprometidas com os territórios rurais do Brasil.

A teia segue viva.





Comitê Gestor:



Realização:



MINISTÉRIO DA CULTURA



DO LADO DO POVO BRASILEIRO